

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	24
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	25
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	52
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	122
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	126
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	127
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	128

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	243.688.980
Preferenciais	0
Total	243.688.980
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	2.693.990	2.662.204	2.926.924
1.01	Ativo Circulante	194.825	301.224	90.560
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.248	34.515	62.088
1.01.03	Contas a Receber	16.998	30.733	28.382
1.01.03.01	Clientes	16.998	30.485	28.346
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	248	36
1.01.06	Tributos a Recuperar	825	220	90
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	825	220	90
1.01.06.01.01	Tributos a compensar	825	220	90
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	175.754	235.756	0
1.01.08.03	Outros	175.754	235.756	0
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	173.080	235.756	0
1.01.08.03.02	Juros sobre capital próprio a receber	1.256	0	0
1.01.08.03.03	Outros ativos	1.418	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.499.165	2.360.980	2.836.364
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	63.670	59.969	41.629
1.02.01.04	Contas a Receber	0	49.819	41.521
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	0	49.819	41.521
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	10.071	10.036	0
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	10.071	10.036	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	53.599	114	108
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	118	114	108
1.02.01.10.05	Outros ativos	53.481	0	0
1.02.02	Investimentos	2.433.348	2.298.244	2.792.065
1.02.02.01	Participações Societárias	2.433.348	2.298.244	2.792.065
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.433.348	2.298.244	2.792.065
1.02.03	Imobilizado	433	483	1
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	433	483	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.04	Intangível	1.714	2.284	2.669
1.02.04.01	Intangíveis	1.714	2.284	2.669
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.714	2.284	2.669

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	2.693.990	2.662.204	2.926.924
2.01	Passivo Circulante	78.583	97.782	686.806
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.461	430	326
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.461	430	326
2.01.02	Fornecedores	1.337	1.321	1.111
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	110	123	1.111
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.227	1.198	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	394	152	107
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	394	139	107
2.01.03.01.03	Obrigações tributárias	394	139	107
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	13	0
2.01.05	Outras Obrigações	35.930	61.528	685.262
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	28	153	154
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	28	0	154
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	153	0
2.01.05.02	Outros	35.902	61.375	685.108
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	35.081	33.085	28.637
2.01.05.02.04	Passivos a descoberto em controladas	0	24.213	355.145
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	821	4.077	301.326
2.01.06	Provisões	36.461	34.351	0
2.01.06.02	Outras Provisões	36.461	34.351	0
2.01.06.02.04	Outros passivos	36.461	34.351	0
2.02	Passivo Não Circulante	74.449	155.825	16.128
2.02.03	Tributos Diferidos	4	3	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4	3	0
2.02.04	Provisões	74.445	155.822	16.128
2.02.04.02	Outras Provisões	74.445	155.822	16.128
2.02.04.02.04	Outras Provisões	74.445	155.822	16.128

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.03	Patrimônio Líquido	2.540.958	2.408.597	2.223.990
2.03.01	Capital Social Realizado	1.830.872	1.830.524	1.823.527
2.03.02	Reservas de Capital	271.263	261.528	224.967
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	154.753	154.753	154.754
2.03.02.04	Opções Outorgadas	116.510	106.775	70.213
2.03.04	Reservas de Lucros	465.781	331.702	159.770
2.03.04.01	Reserva Legal	28.128	0	9.420
2.03.04.02	Reserva Estatutária	147.228	0	85.911
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	283.220	0	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	331.702	64.439
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	7.205	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.888	-15.157	15.726
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-40.846	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	167.439	205.064	519.682
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.265	-18.945	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	0	0	-11.582
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	16.171
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.958	-35.311	-54.772
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	187.662	259.320	569.865
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	167.439	205.064	519.682
3.06	Resultado Financeiro	1.707	-44	-617
3.06.01	Receitas Financeiras	2.601	586	572
3.06.02	Despesas Financeiras	-894	-630	-1.189
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	169.146	205.020	519.065
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1	-3	-20.908
3.08.02	Diferido	-1	-3	-20.908
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	169.145	205.017	498.157
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	169.145	205.017	498.157
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	1	2
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	1	2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	169.145	205.017	498.157
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-26.958	-15.157	0
4.02.01	Hedge de fluxo de caixa	-40.846	-15.157	0
4.02.02	Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa	13.888	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	142.187	189.860	498.157

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-82.342	-185.736	42.562
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.391	-17.093	-12.117
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro do período	169.146	205.017	498.157
6.01.01.02	Depreciação e amortização	620	557	21
6.01.01.03	Juros sobre pagamento em atrasos	0	125	60
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-187.662	-259.320	-561.770
6.01.01.05	Pagamento baseado em ações	5.540	36.561	30.507
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	3	20.908
6.01.01.07	Juros sobre partes relacionadas - mútuos	-35	-36	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-69.951	-168.643	54.679
6.01.02.01	Contas a receber	13.487	-2.139	6.178
6.01.02.04	Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	-605	-130	-44
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-4	-6	-10
6.01.02.06	Outras contas a receber	-4.832	-7.504	75.476
6.01.02.07	Fornecedores	16	85	994
6.01.02.08	Obrigações Tributárias	464	45	65
6.01.02.11	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	4.031	104	159
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-84.633	-193.449	-28.139
6.01.02.14	Outras obrigações	2.125	34.351	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	62.676	189.804	-230.684
6.02.02	Aquisição Network Participações	0	0	-2.582
6.02.06	Adições de ativo imobilizado	0	-654	0
6.02.08	Dividendos recebidos	62.676	206.451	0
6.02.09	Aquisição de controlada líquido do caixa recebido	0	-5.993	-228.102
6.02.10	Integração de capital em controladora	0	-10.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-13.601	-31.641	250.015
6.03.01	Partes Relacionadas	-125	-1	215.080
6.03.03	Aumento de Capital	348	6.997	-96.909

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.04	Adiantamento para futura redução de capital	0	0	123.802
6.03.07	Mutuos a receber	0	-10.000	0
6.03.08	Integralização de Capital em controlada	-6.300	0	0
6.03.09	Dividendos pagos	-33.085	-28.637	8.042
6.03.10	Juros sobre capital próprio recebido	25.561	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-33.267	-27.573	61.893
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	34.515	62.088	195
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.248	34.515	62.088

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.830.524	261.528	331.702	0	-15.157	2.408.597
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.830.524	261.528	331.702	0	-15.157	2.408.597
5.04	Transações de Capital com os Sócios	348	9.735	7.205	-42.271	0	-24.983
5.04.01	Aumentos de Capital	348	0	0	0	0	348
5.04.06	Dividendos	0	0	7.205	-42.271	0	-35.066
5.04.08	Pagamento baseado em ações	0	9.735	0	0	0	9.735
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	169.145	-11.801	157.344
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	169.145	0	169.145
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.801	-11.801
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	126.874	-126.874	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	126.874	-126.874	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.830.872	271.263	465.781	0	-26.958	2.540.958

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.823.527	224.967	159.770	0	15.726	2.223.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.823.527	224.967	159.770	0	15.726	2.223.990
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6.997	36.561	0	-33.085	0	10.473
5.04.01	Aumentos de Capital	6.997	0	0	0	0	6.997
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-33.085	0	-33.085
5.04.09	Pagamento baseado em ações	0	36.561	0	0	0	36.561
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	205.017	-30.883	174.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	205.017	0	205.017
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-30.883	-30.883
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	171.932	-171.932	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	171.932	-171.932	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.830.524	261.528	331.702	0	-15.157	2.408.597

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.815.485	194.460	0	-309.750	11.580	1.711.775
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.815.485	194.460	0	-309.750	11.580	1.711.775
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.042	30.507	0	-28.637	0	9.912
5.04.01	Aumentos de Capital	8.042	0	0	0	0	8.042
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-28.637	0	-28.637
5.04.09	Amortização do plano de Stock Options	0	30.507	0	0	0	30.507
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	498.157	4.146	502.303
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	498.157	0	498.157
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.146	4.146
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	4.146	4.146
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	159.770	-159.770	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	159.770	-159.770	0	0
5.07	Saldos Finais	1.823.527	224.967	159.770	0	15.726	2.223.990

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	0	1.250	-8.094
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	0	-8.094
7.01.02	Outras Receitas	0	1.250	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.526	-5.249	-4.381
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.107	-5.249	-4.381
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-419	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.526	-3.999	-12.475
7.04	Retenções	-619	-558	-22
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-619	-558	-22
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.145	-4.557	-12.497
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	190.263	259.906	570.469
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	187.662	259.320	569.865
7.06.02	Receitas Financeiras	2.601	586	604
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	186.118	255.349	557.972
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	186.118	255.349	557.972
7.08.01	Pessoal	13.316	48.059	36.314
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.373	41.387	35.647
7.08.01.02	Benefícios	1.943	6.672	629
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	0	38
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.127	1.954	22.275
7.08.02.01	Federais	1.849	1.673	22.050
7.08.02.03	Municipais	278	281	225
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.530	319	1.226
7.08.03.01	Juros	326	127	61
7.08.03.03	Outras	1.204	192	1.165
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	169.145	205.017	498.157
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	169.145	205.017	498.157

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	8.614.447	8.470.247	7.146.492
1.01	Ativo Circulante	4.688.724	4.526.488	3.617.346
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	875.914	418.311	549.347
1.01.03	Contas a Receber	1.597.414	1.715.172	1.330.303
1.01.03.01	Clientes	1.597.414	1.711.003	1.301.044
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	4.169	29.259
1.01.03.02.01	Derivativos	0	4.169	29.259
1.01.04	Estoques	1.699.339	1.737.002	1.042.336
1.01.06	Tributos a Recuperar	429.716	574.406	611.081
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	429.716	574.406	611.081
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	390.649	525.351	601.308
1.01.06.01.02	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	39.067	49.055	9.773
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	86.341	81.597	84.279
1.01.08.03	Outros	86.341	81.597	84.279
1.02	Ativo Não Circulante	3.925.723	3.943.759	3.529.146
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.442.969	1.451.182	1.367.362
1.02.01.04	Contas a Receber	54.757	67.727	72.702
1.02.01.04.01	Clientes	0	0	27
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	54.757	67.727	72.675
1.02.01.07	Tributos Diferidos	755.531	841.811	756.103
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	755.531	841.811	756.103
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	10.071	10.036	0
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	10.071	10.036	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	622.610	531.608	538.557
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	411.312	291.673	148.449
1.02.01.10.05	Tributos a compensar	187.811	146.880	272.981
1.02.01.10.06	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	23.487	93.055	117.127
1.02.02	Investimentos	4.080	5.001	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.03	Imobilizado	1.955.083	2.000.123	1.757.954
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	610.257	553.609	430.112
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.344.654	1.428.172	1.327.842
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	172	18.342	0
1.02.04	Intangível	523.591	487.453	403.830
1.02.04.01	Intangíveis	523.591	487.453	403.830
1.02.04.01.02	Intangíveis	523.591	487.453	403.830

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	8.614.447	8.470.247	7.146.492
2.01	Passivo Circulante	2.841.656	2.948.338	2.161.217
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	174.290	191.851	157.520
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	174.290	191.851	157.520
2.01.02	Fornecedores	1.154.277	1.561.547	914.294
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	801.695	1.195.065	916.886
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	801.695	1.056.894	849.172
2.01.02.01.02	Risco sacado	0	138.171	67.714
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	352.582	366.482	-2.592
2.01.03	Obrigações Fiscais	391.147	272.658	195.104
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	78.401	94.007	195.104
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	506	32.944	51.351
2.01.03.01.02	Parcelamento de tributos	31.677	47.030	61.056
2.01.03.01.03	Obrigações tributárias	46.218	14.033	82.697
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	308.667	175.844	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.079	2.807	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	624.004	277.918	207.476
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	28.710	86.082	129.733
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	28.710	86.082	129.733
2.01.04.02	Debêntures	595.294	191.836	77.743
2.01.05	Outras Obrigações	433.852	491.513	666.750
2.01.05.02	Outros	433.852	491.513	666.750
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	35.066	33.085	28.637
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	128.064	140.744	437.935
2.01.05.02.06	Arrendamentos a pagar	182.918	278.072	195.561
2.01.05.02.08	Derivativos	87.804	39.612	4.617
2.01.06	Provisões	64.086	152.851	20.073
2.01.06.02	Outras Provisões	64.086	152.851	20.073

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.01.06.02.04	Outros passivos	64.086	152.851	20.073
2.02	Passivo Não Circulante	3.231.190	3.112.055	2.760.640
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.384.462	2.213.814	1.911.402
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	172.444	81.997	165.260
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	172.444	81.997	165.260
2.02.01.02	Debêntures	801.052	773.647	451.042
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.410.966	1.358.170	1.295.100
2.02.02	Outras Obrigações	64.553	189.233	90.690
2.02.02.02	Outros	64.553	189.233	90.690
2.02.02.02.04	Parcelamento de tributos	64.396	65.359	90.690
2.02.02.02.05	Outros	157	123.874	0
2.02.03	Tributos Diferidos	11.019	9.724	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.019	9.724	0
2.02.04	Provisões	771.156	699.284	758.548
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	605.207	559.713	619.431
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	574.012	517.573	572.076
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	26.046	30.425	39.487
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.149	11.715	7.868
2.02.04.02	Outras Provisões	165.949	139.571	139.117
2.02.04.02.04	Outras contas a pagar	165.949	139.571	139.117
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.541.601	2.409.854	2.224.635
2.03.01	Capital Social Realizado	1.830.872	1.830.524	1.823.527
2.03.02	Reservas de Capital	271.263	261.528	224.967
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	154.753	154.753	154.753
2.03.02.04	Opções Outorgadas	116.510	106.775	70.214
2.03.04	Reservas de Lucros	465.781	331.702	159.770
2.03.04.01	Reserva Legal	28.128	0	9.420
2.03.04.02	Reserva Estatutária	147.228	0	85.911

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	283.220	0	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	331.702	64.439
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	7.205	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-26.958	-15.157	15.726
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	643	1.257	645

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.988.671	6.260.707	5.110.462
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.674.000	-3.319.775	-2.758.851
3.03	Resultado Bruto	3.314.671	2.940.932	2.351.611
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.783.844	-2.539.096	-1.949.236
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.277.841	-2.028.388	-1.528.850
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-517.600	-508.530	-387.894
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	380	-1.994	-820
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.139	0	34.267
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-394	-65.939
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-922	210	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	530.827	401.836	402.375
3.06	Resultado Financeiro	-340.998	-183.623	-192.094
3.06.01	Receitas Financeiras	249.367	254.441	185.051
3.06.02	Despesas Financeiras	-590.365	-438.064	-377.145
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	189.829	218.213	210.281
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.017	-13.611	287.550
3.08.01	Corrente	80.323	-127.140	-57.689
3.08.02	Diferido	-101.340	113.529	345.239
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	168.812	204.602	497.831
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	168.812	204.602	497.831
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	169.145	205.017	498.157
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-333	-415	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1	1	2
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1	1	2

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	168.812	204.602	497.831
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-26.958	-15.157	4.146
4.02.01	Hedge Fluxo de caixa	-40.846	-15.157	4.146
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa	13.888	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	141.854	189.445	501.977
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	142.187	189.860	502.303
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-333	-415	-326

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	625.410	138.103	407.081
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.115.399	934.978	807.972
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro do período	189.829	204.602	497.831
6.01.01.02	Depreciação e amortização	182.045	167.434	135.750
6.01.01.03	Juros sobre empréstimos, financiamentos	35.965	35.348	27.781
6.01.01.04	Juros sobre debêntures	190.695	124.087	31.379
6.01.01.05	Outros juros	5.100	5.923	24.983
6.01.01.06	Amortização custo captação	0	4.459	0
6.01.01.07	Juros sobre atraso de impostos	2.970	10.699	2.984
6.01.01.08	Pagamento baseado em ações	9.735	36.561	28.901
6.01.01.09	Custo residual sobre baixa de ativo imobilizado	2.155	-1.927	30.507
6.01.01.10	Baixa residual de arrendamentos	-7.438	-30	18.542
6.01.01.11	Provisão para obsolescência do estoque	68.602	46.948	-2.247
6.01.01.12	Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	-380	1.994	820
6.01.01.13	Juros sobre arrendamento mercantil	134.399	127.402	36.293
6.01.01.14	Descontos sobre arrendamentos	-2.259	-10.108	-1.575
6.01.01.15	Constituição líquida de provisão para contencioso	69.822	-18.161	115.379
6.01.01.16	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-113.529	-23.765
6.01.01.17	Resultado de equivalência patrimonial	922	-210	108.965
6.01.01.18	Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	0	0	-39.734
6.01.01.19	Imposto de renda e contribuição social corrente	0	127.140	-373.321
6.01.01.20	Amortização do direito de uso	233.237	186.346	188.499
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-242.752	-415.595	-163.921
6.01.02.01	Contas a receber	113.969	-411.908	-348.627
6.01.02.02	Estoques	-30.939	-741.317	-177.154
6.01.02.03	Derivativos	4.169	-5.793	234.413
6.01.02.04	Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	264.232	190.891	-9.192
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-119.639	-143.221	-22.698

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.02.06	Outras contas a receber	8.226	9.866	-13.533
6.01.02.07	Fornecedores	-403.489	645.265	252.180
6.01.02.08	Obrigações tributárias	163.309	99.174	-70.825
6.01.02.09	Parcelamentos de tributos	-24.421	-44.490	-29.788
6.01.02.10	Contingências pagas	-24.328	-41.557	-36.669
6.01.02.11	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-17.561	34.156	63.812
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-80.008	-175.319	18.566
6.01.02.15	Outros passivos	-118.775	133.663	-29.023
6.01.02.17	Instrumentos financeiros derivativos	22.503	34.995	4.617
6.01.03	Outros	-247.237	-381.280	-236.970
6.01.03.01	Juros pagos sobre financiamentos	-34.051	-36.228	-27.191
6.01.03.02	Juros pagos sobre debêntures	-170.014	-109.648	-28.395
6.01.03.03	Juros pagos sobre arrendamento	0	-127.402	-115.379
6.01.03.04	Imposto de renda e contribuição social pagos	-43.172	-108.002	-66.005
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-259.627	-393.881	-509.349
6.02.01	Adições de ativos imobilizado	-126.465	-230.266	-187.512
6.02.02	Adições no intangível	-133.162	-141.455	-101.651
6.02.03	Aquisição de controladora líquido de caixa	0	0	-220.186
6.02.06	Aquisição de controlada líquido do caixa recebido - FitDance	0	-22.160	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	91.820	124.742	137.320
6.03.01	Empréstimos e financiamentos tomados	194.248	2.536	17.625
6.03.02	Empréstimos e financiamentos pagos	-339.753	-207.268	-95.347
6.03.03	Emissão de Debêntures	586.848	496.098	299.039
6.03.04	Arrendamentos pagos	-316.786	-134.984	-92.039
6.03.07	Mutuos a receber	0	-10.000	0
6.03.08	Dividendos pagos	-33.085	-28.637	0
6.03.09	Aumento de Capital	348	6.997	8.042
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	457.603	-131.036	35.052

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	418.311	549.347	514.295
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	875.914	418.311	549.347

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.830.524	261.528	331.702	0	-15.157	2.408.597	1.257	2.409.854
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.830.524	261.528	331.702	0	-15.157	2.408.597	1.257	2.409.854
5.04	Transações de Capital com os Sócios	348	9.735	7.205	-42.271	0	-24.983	0	-24.983
5.04.01	Aumentos de Capital	348	0	0	0	0	348	0	348
5.04.06	Dividendos	0	0	7.205	-42.271	0	-35.066	0	-35.066
5.04.08	Pagamento baseado em ações	0	9.735	0	0	0	9.735	0	9.735
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	169.145	-11.801	157.344	-333	157.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	169.145	0	169.145	-333	168.812
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.801	-11.801	0	-11.801
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	126.874	-126.874	0	0	-281	-281
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	126.874	-126.874	0	0	0	0
5.06.04	Ajuste participação acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-281	-281
5.07	Saldos Finais	1.830.872	271.263	465.781	0	-26.958	2.540.958	643	2.541.601

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.823.527	224.967	159.770	0	15.726	2.223.990	645	2.224.635
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.823.527	224.967	159.770	0	15.726	2.223.990	645	2.224.635
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6.997	36.561	0	-33.085	0	10.473	1.027	11.500
5.04.01	Aumentos de Capital	6.997	0	0	0	0	6.997	0	6.997
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	0	0	1.027	1.027
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-33.085	0	-33.085	0	-33.085
5.04.09	Pagamento baseado em ações	0	36.561	0	0	0	36.561	0	36.561
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	205.017	-30.883	174.134	-415	173.719
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	205.017	0	205.017	-415	204.602
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-30.883	-30.883	0	-30.883
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	171.932	-171.932	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	171.932	-171.932	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.830.524	261.528	331.702	0	-15.157	2.408.597	1.257	2.409.854

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.815.485	194.460	0	-309.750	11.580	1.711.775	297	1.712.072
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.815.485	194.460	0	-309.750	11.580	1.711.775	297	1.712.072
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.042	30.507	0	-28.637	0	9.912	674	10.586
5.04.01	Aumentos de Capital	8.042	0	0	0	0	8.042	0	8.042
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	0	0	674	674
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-28.637	0	-28.637	0	-28.637
5.04.09	Amortização do plano de Stock Options	0	30.507	0	0	0	30.507	0	30.507
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	498.157	4.146	502.303	-326	501.977
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	498.157	0	498.157	-326	497.831
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.146	4.146	0	4.146
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	4.146	4.146	0	4.146
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	159.770	-159.770	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	159.770	-159.770	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.823.527	224.967	159.770	0	15.726	2.223.990	645	2.224.635

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	8.845.602	7.904.257	6.405.085
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.808.089	7.867.204	6.389.593
7.01.02	Outras Receitas	37.133	39.047	16.312
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	380	-1.994	-820
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.965.104	-5.326.643	-4.277.550
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.557.801	-4.124.735	-3.406.734
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.368.582	-1.164.831	-806.857
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-38.721	-37.077	-63.959
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.880.498	2.577.614	2.127.535
7.04	Retenções	-415.150	-370.293	-315.731
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-415.150	-370.293	-315.731
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.465.348	2.207.321	1.811.804
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	248.445	254.651	189.055
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-922	210	0
7.06.02	Receitas Financeiras	249.367	254.441	189.055
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.713.793	2.461.972	2.000.859
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.713.793	2.461.972	2.000.859
7.08.01	Pessoal	737.504	762.620	578.797
7.08.01.01	Remuneração Direta	501.289	505.352	401.832
7.08.01.02	Benefícios	190.166	215.925	142.345
7.08.01.03	F.G.T.S.	46.049	41.343	34.620
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	883.886	840.725	319.106
7.08.02.01	Federais	359.346	334.354	-72.865
7.08.02.02	Estaduais	490.611	476.346	366.293
7.08.02.03	Municipais	33.929	30.025	25.678
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	923.591	654.025	605.125
7.08.03.01	Juros	239.782	187.784	233.440
7.08.03.02	Aluguéis	111.432	84.889	49.077

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03.03	Outras	572.377	381.352	322.608
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	168.812	204.602	497.831
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	169.145	205.017	498.157
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-333	-415	-326

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T23 & 2023



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T23 & 2023

São Paulo, 18 de Março de 2024

O Grupo SBF S.A. (B3: SBFG3), divulga seus resultados do quarto trimestre de 2023. As informações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas.

SBFG
B3 LISTED NM

VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

19 de Março de 2024

10h (Brasília)
09h (Nova Iorque)
13h (Londres)

CLIQUE PARA
ACESSAR



DESTAQUES

- ALAVANCAGEM DE **1,35X** EM DEZ/23, VS 1,76X EM DEZ/22 E 3,35X EM JUN/23.
- SG&A/ROL: REDUÇÃO DE **3,5 P.P** VS O 4T22, ENCERRANDO O TRIMESTRE EM 36,0%.
- LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO (EX-IFRS). NO 4T23 DE R\$ **141,3 MILHÕES**, EXPANSÃO DE 100,5% COMPARADO AO 4T22.
- RECEITA LÍQUIDA DE **R\$ 2,1 BILHÕES** NO 4T23, CRESCIMENTO DE 7,4% NO TRIMESTRE.
- EBITDA AJUSTADO (EX-IFRS) DE **R\$ 211,4 MILHÕES**, EXPANSÃO DE 31,7% EM RELAÇÃO AO 4T22.
- MARGEM LÍQUIDA AJUSTADA (EX-IFRS) DE **6,6%**, CRESCIMENTO DE 3,0 P.P. VS 4T22.
- GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DE **R\$ 950 MILHÕES** NO 4T23, EXPANSÃO DE 130,1% VS 4T22.
- MARGEM EBITDA AJUSTADA (EX-IFRS) DE **9,9%** NO 4T23 EXPANSÃO DE 1,8 P.P VS 4T22.
- INAUGURAÇÃO DE 14 NOVAS LOJAS EM 2023, TOTALIZANDO 269 LOJAS NO BRASIL (225 CENTAURO E 44 NIKE).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Executamos o nosso planejamento estratégico com êxito, encerrando o ano com uma dívida líquida/EBITDA de 1,35x. Este resultado representa uma importante melhora em comparação ao indicador de 3,35x vezes registrado em junho de 2023, principalmente devido a uma gestão de capital de giro mais eficiente, especialmente na frente de redução dos estoques. Em termos de dias de estoques, realizamos uma redução de 11,9% em relação a dezembro de 2022, e 25,2% em comparação com junho de 2023. A geração de caixa operacional alcançou R\$950 milhões no quarto trimestre de 2023, a maior já registrada em um único trimestre.

Nossa receita bruta atingiu R\$8,8 bilhões, incremento de R\$928,9 milhões em relação a 2022 (+11,8%). Ao longo do ano, demos ênfase ao aumento da eficiência operacional através da diluição de despesas. O indicador de SG&A/ROL atingiu 36,4% no segundo semestre do ano, redução de 3,8 pontos percentuais, em comparação com o mesmo período de 2022. Por consequência, o EBITDA ajustado (ex-IFRS) alcançou R\$606,9 milhões no ano, expansão de 29,4%, com margem de 8,7%, mesmo em um cenário mais promocional devido aos ajustes de estoque.

O lucro líquido ajustado (ex-IFRS) foi de R\$227,8 milhões no ano, crescimento de 10,3%, e margem de 3,3%. No trimestre, a expansão foi de 100,5%, atingindo uma margem de 6,6%.

Em 2023, a Centauro priorizou o aumento da rentabilidade, ajustando as expectativas de receita e reduzindo custos de forma eficaz. Adicionalmente, revisamos o portfólio de lojas, encerrando operações deficitárias e expandindo a rentabilidade do canal.

A receita líquida da Centauro foi de R\$3,5 bilhões no ano, retração de 1,2% vs 2022, dada a revisão da rentabilidade do canal digital. Desconsiderando o impacto positivo da Copa do Mundo nas vendas das lojas físicas em 2022, a receita líquida do canal teria expandido 9,3% no ano. Já a margem bruta atingiu 49,2% em 2023, expansão de 1,3 ponto percentual em relação a 2022. A expansão da margem reflete a estratégia de maximizar a rentabilidade do canal digital com a melhora do retorno sobre investimento (ROI), através da readequação das políticas de *markdowns*, do incentivo a modalidades de venda mais rentáveis, como o *click and collect*, e estratégias de *marketing* de performance mais assertivas. Dessa forma, o percentual de clientes que comprem no canal digital e retiram os produtos em uma de nossas lojas físicas, contou com um aumento de 11,8 pontos percentuais ao longo do ano.

Na operação de Fisia, atingimos receita líquida de R\$4,0 bilhões, crescimento de 26,1% em relação a 2022. A estratégia de redução de estoques foi bem-sucedida, encerrando o ano com 181 dias, queda de 28,9% em comparação com o final de 2022, o qual estava em 234 dias. Mesmo com políticas mais agressivas de *markdowns*, a Fisia encerrou o ano com margem bruta de 41,6%, expansão de 1,0 ponto percentual em comparação com 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Demos continuidade aos investimentos com foco nos canais DTC (*direct-to-consumer*), e nos últimos 18 meses, abrimos 23 lojas Nike, sendo 8 NDIS) e 15 NVS. Dessa forma, as vendas DTC (considerando apenas 1P no digital) passaram de 42,7% em 2022 para 50,9% em 2023 (+8,2 p.p) fortalecendo a marca no país, e proporcionando uma melhor experiência aos consumidores. Este avanço concretiza a fase de investimentos na expansão dos canais DTC, possibilitando reestabelecer o crescimento da Fisia de forma equilibrada em todos os canais, incluindo os parceiros de *wholesale*.

Como destaque do digital, a Fisia lançou o aplicativo próprio da Nike no início de dezembro, o qual, em apenas um mês de operação, correspondeu a 50% das vendas na categoria 1P. Além disso, concluímos a migração da nossa operação logística para o centro de distribuição próprio localizado em Extrema (MG). Além da redução de despesas, os efeitos positivos desta migração já foram percebidos através de indicadores de NPS recordes na Black Friday e no Natal.

Ainda em 2023, a Nike foi vencedora de duas categorias do *Top Of Mind*, pesquisa da Folha de S.Paulo que visa elencar as marcas mais fortes do Brasil. Na categoria “Top do Top”, a Nike avançou 8 pontos percentuais, atingindo sua melhor performance na pesquisa. Na categoria “Marcas que Representam o Brasil”, a Nike ganhou mais de 3 pontos percentuais em comparação com 2022, alcançando a liderança desta categoria pela primeira vez.

No ano de 2024, as prioridades estratégicas do Grupo SBF estão direcionadas para um crescimento seguro e responsável, com objetivo de aumentar a rentabilidade através da retomada da margem bruta e da otimização do capital de giro, resultando em uma redução estrutural da alavancagem.

Na Centauro, concentraremos nossos esforços na expansão do lucro bruto por m² através da melhora da eficiência operacional das lojas e de uma precificação de produtos mais assertiva. No canal digital, esperamos a retomada do crescimento através de um sortimento cada vez mais alinhado às necessidades dos consumidores, complementado por uma curadoria de itens de *sellers* 3P, possibilitando assim que a Centauro tenha uma oferta completa em todas as modalidades esportivas. Além disso, continuaremos investindo em uma experiência *omnichannel* cada vez mais fluida para os nossos clientes, através da nossa rede de 225 lojas Centauro.

Em Fisia, a prioridade é retomar a rentabilidade por meio da redução de *markdowns*. Além disso, através da nossa expertise em varejo, também concentramos os esforços na redução estrutural da necessidade de capital de giro da operação. Dessa forma, por meio de uma melhor gestão de estoques, teremos preços mais assertivos que contribuirão para a saudabilidade do mercado em geral.

Estamos confiantes em relação à melhora da rentabilidade e redução da alavancagem, ancoradas no trabalho de eficiência realizado em 2023 e no planejamento seguro e responsável estruturado para 2024 e 2025. Nosso plano é trilhar um caminho que fortaleça não apenas nossa saúde financeira, mas também respeite e ultrapasse as expectativas de nossos stakeholders, assegurando uma base sólida para o crescimento sustentável e próspero da nossa empresa no longo prazo.

A Diretoria
GRUPO SBF

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RECEITA BRUTA E INDICADORES OPERACIONAIS

CENTAURO R\$ MIL	4T23	4T22	Δ(%)	2023	2022	Δ(%)
Receita Bruta ¹	1.336.089	1.433.064	-6,8%	4.322.980	4.344.047	-0,5%
Lojas Físicas	1.076.211	1.047.939	2,7%	3.430.113	3.195.245	7,4%
Plataforma Digital	259.878	385.125	-32,5%	892.867	1.148.802	-22,3%
Nº de Lojas - Centauro	225	233	-3,4%	225	233	-3,4%
Lojas Centauro G5	119	113	5,3%	119	113	5,3%
Área de Vendas - Centauro (m²)	233.012	239.300	-2,6%	233.012	239.300	-2,6%
Área Total G5 (m²)	147.563	140.636	4,9%	147.563	140.636	4,9%
FISIA R\$ MIL	4T23	4T22	Δ(%)	2023	2022	Δ(%)
Receita Bruta ¹	1.544.332	1.261.103	22,5%	5.101.804	4.088.657	24,8%
Atacado	461.272	544.943	-15,4%	1.788.159	1.937.897	-7,7%
Plataforma Digital	623.132	429.681	45,0%	1.973.912	1.358.276	45,3%
Lojas Físicas	459.928	286.479	60,5%	1.339.733	792.485	69,1%
Share vendas DTC ²	54,8%	46,4%	+8,4 p.p.	50,9%	42,7%	+8,2 p.p.
Nº de Lojas - Nike Value	36	27	33,3%	36	27	33,3%
Área de Vendas - Nike Value (m²)	40.618	30.556	32,9%	40.618	30.556	32,9%
Nº de Lojas - Nike Direct Inline	8	5	60,0%	8	5	60,0%
Área de Vendas - Nike Direct Inline (m²)	4.969	3.144	58,0%	4.969	3.144	58,0%
GRUPO SBF R\$ MIL	4T23	4T22	Δ(%)	2023	2022	Δ(%)
Receita Bruta ¹ Total	2.676.586	2.509.680	6,7%	8.784.749	7.855.839	11,8%
Receita Bruta ¹ Centauro	1.336.089	1.433.064	-6,8%	4.322.980	4.344.047	-0,5%
Receita Bruta ¹ Fisia	1.544.332	1.261.103	22,5%	5.101.804	4.088.657	24,8%
(+) Eliminação intercompany	-203.835	-184.487		-640.035	-576.866	
Share de vendas no digital	33,0%	32,5%	+0,5 p.p.	32,6%	31,9%	+0,7 p.p.

SAME STORE SALES (SSS)

CENTAURO	4T23	4T22	2023	2022	FISIA	4T23	4T22	2023	2022
SSS total (lojas + digital) ³	-5,6%	7,4%	2,7%	17,4%	SSS total (NVS + digital) ³	38,1%	37,6%	36,4%	52,4%
SSS loja	1,1%	4,6%	6,9%	13,5%	SSS Nike Value Store	24,3%	-2,8%	19,8%	12,0%
GMV Digital (1P + 3P) ⁴	-18,7%	14,4%	-10,0%	26,6%	GMV Digital	45,0%	76,7%	45,3%	87,7%
GMV - share da venda total 23,7% 29,0% 25,6% 29,3%									



(1) Receita Bruta excluindo devolução de mercadorias;

(2) DTC considera receitas provenientes das lojas físicas e da modalidade 1P da plataforma digital;

(3) SSS (Same Store Sales) significa a variação da nossa receita desconsiderando a receita de lojas fechadas para reforma ou que não haviam sido inauguradas nos meses equivalentes dos dois períodos analisados.

(4) GMV ou Gross Merchandise Value: receita de venda de mercadorias, incluindo marketplace.

Relatório da Administração/Comentário de Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS



Os resultados **ajustados** desconsideram os efeitos não recorrentes e quando sinalizado com (ex-IFRS) desconsideram também os impactos do IFRS-16 para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

CONSOLIDADO R\$ MIL	4T23	4T22	Δ(%)	2023	2022	Δ(%)
Receita Bruta	2.676.586	2.509.680	6,7%	8.784.749	7.855.839	11,8%
Receita Líquida	2.130.141	1.983.093	7,4%	6.988.671	6.260.707	11,6%
Lucro Bruto	984.775	944.126	4,3%	3.314.671	2.940.932	12,7%
Margem Bruta	46,2%	47,6%	-1,4 p.p	47,4%	47,0%	0,4 p.p
EBITDA	290.673	272.851	6,5%	916.232	749.534	22,2%
Margem EBITDA	13,6%	13,8%	-0,2 p.p	13,1%	12,0%	1,1 p.p
Lucro Líquido	127.181	140.666	-9,6%	168.812	204.602	-17,5%
Margem Líquida	6,0%	7,1%	-1,1 p.p	2,4%	3,3%	-0,9 p.p
Lucro Bruto ajustado	979.241	944.126	3,7%	3.301.706	2.938.792	12,3%
Margem Bruta ajustada	46,0%	47,6%	-1,6 p.p	47,2%	46,9%	0,3 p.p
EBITDA ajustado	291.931	226.606	28,8%	897.593	727.804	23,3%
Margem EBITDA ajustada	13,7%	11,4%	2,3 p.p	12,8%	11,6%	1,2 p.p
Lucro Líquido ajustado	136.086	56.670	140,1%	183.474	157.420	16,6%
Margem Líquida ajustada	6,4%	2,9%	3,5 p.p	2,6%	2,5%	0,1 p.p
EBITDA ajustado (ex-IFRS)	211.428	160.580	31,7%	606.944	468.936	29,4%
Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)	9,9%	8,1%	1,8 p.p	8,7%	7,5%	1,2 p.p
Lucro Líquido ajustado (ex-IFRS)	141.303	70.478	100,5%	227.770	206.493	10,3%
Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)	6,6%	3,6%	3,0 p.p	3,3%	3,3%	0,0 p.p
POR UNIDADE DE NEGÓCIO R\$ MIL	4T23	4T22	Δ(%)	2023	2022	Δ(%)
CENTAURO Receita Bruta ¹	1.336.089	1.433.064	-6,8%	4.322.980	4.344.047	-0,5%
Receita Líquida	1.071.156	1.148.216	-6,7%	3.461.396	3.504.480	-1,2%
Lucro Bruto	512.346	534.716	-4,2%	1.701.739	1.678.448	1,4%
Margem Bruta	47,8%	46,6%	1,2 p.p	49,2%	47,9%	1,3 p.p
FISIA Receita Bruta	1.544.332	1.261.103	22,5%	5.101.804	4.088.657	24,8%
Receita Líquida	1.224.538	968.839	26,4%	4.044.090	3.206.132	26,1%
Lucro Bruto ajustado	491.996	412.982	19,1%	1.680.979	1.300.778	29,2%
Margem Bruta ajustada	40,2%	42,6%	-2,4 p.p	41,6%	40,6%	1,0 p.p



Receita bruta da plataforma digital de Centauro ajustada em R\$8,2 milhões no 1T22 referente a parte da receita de serviços da plataforma digital. O ajuste de mesmo valor foi realizado na linha de eliminação *intercompany* da receita bruta.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AJUSTES NÃO RECORRENTES

Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes apresentados abaixo para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

GRUPO SBF

R\$ MIL

4T23**2023**

Créditos, Débitos e Provisões tributárias - Custo de Vendas	-5.821	-13.252
Plano de Opção / Não-caixa	-821	9.735
Efeitos contábeis de aquisição - Despesas	-3.935	-15.739
Custo de encerramento de lojas	0	2.269
Custos de desligamentos	1.063	7.440
Créditos, Débitos e Provisões tributárias - Despesas	-3.513	-23.376
Renovatória de aluguéis	2.645	2.645
Earn-Out (M&A)	7.000	7.000
Custo de encerramento CD	4.640	4.640
Impacto dos efeitos não recorrentes no EBITDA	1.258	-18.639

EBITDA**290.673****916.232****EBITDA Ajustado****291.931****897.593***Margem EBITDA ajustada*

13,7%

12,8%

EBITDA (ex-IFRS)**210.170****625.583****EBITDA Ajustado (ex-IFRS)****211.428****606.944***Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)*

9,9%

8,7%

Efeitos contábeis de aquisição - Depreciação e Amortização

4.618

18.474

Resultado Financeiro sobre Créditos, Débitos e Provisões tributárias

3.028

1.980

Impacto dos efeitos não recorrentes no Imposto de Renda

0

12.847

Impacto dos efeitos não recorrentes no Lucro Líquido**8.905****14.662****Lucro Líquido****127.181****168.812****Lucro Líquido ajustado****136.086****183.474***Margem Líquida ajustada*

6,4%

2,6%

Lucro Líquido (ex-IFRS)**132.398****213.108****Lucro Líquido ajustado (ex-IFRS)****141.303****227.770***Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)*

6,6%

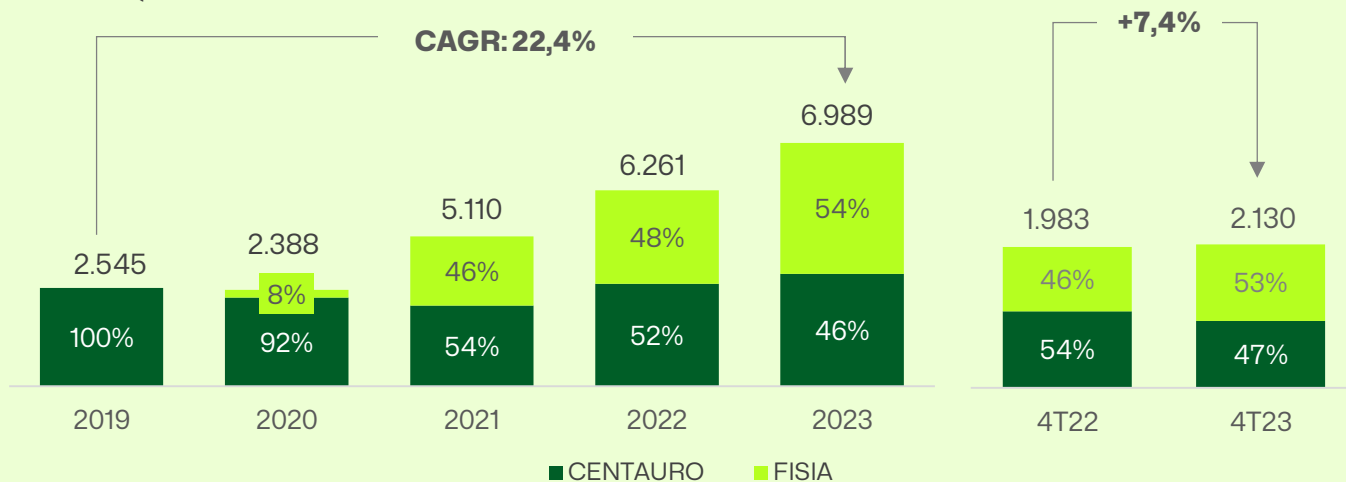
3,3%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

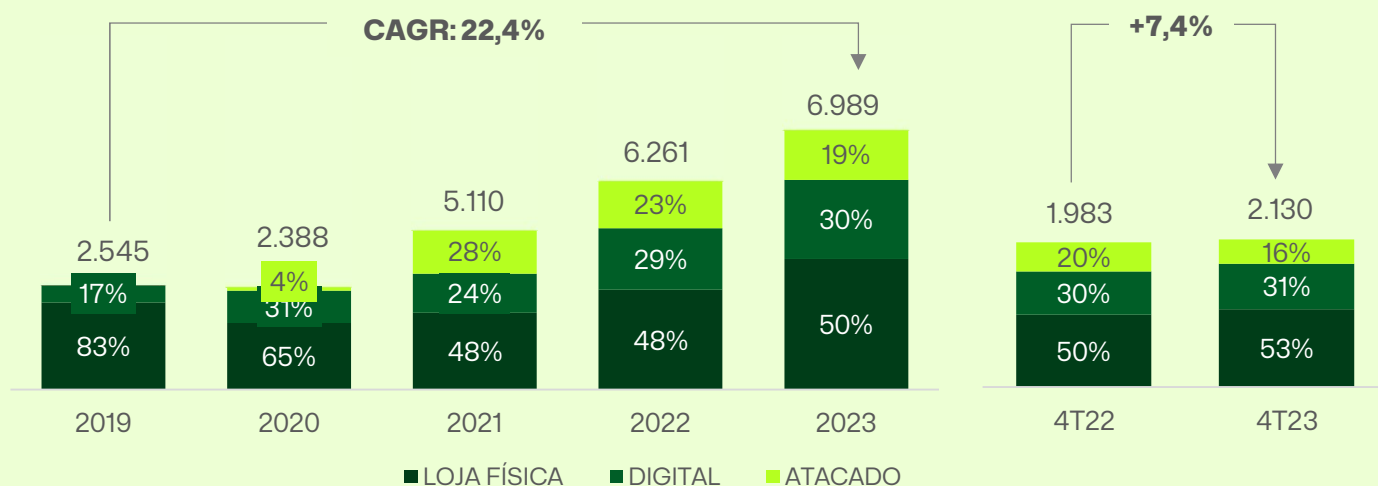
DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

R\$MM

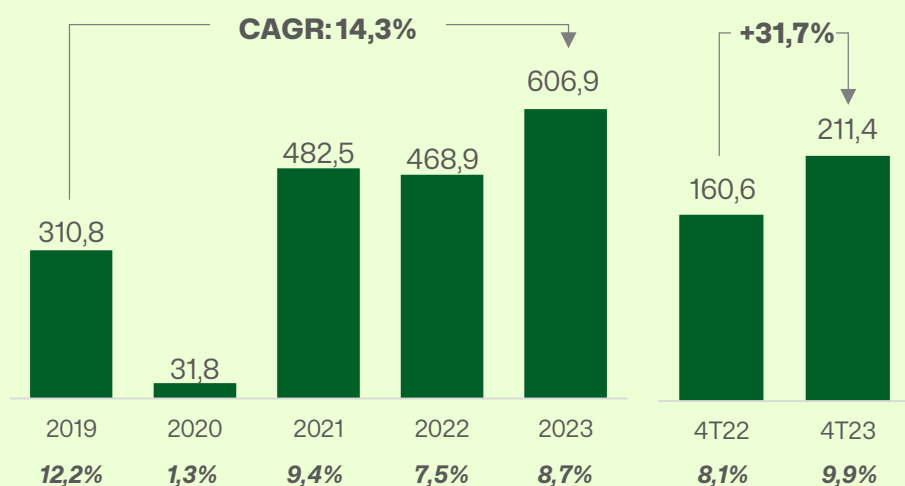
RECEITA LÍQUIDA E SHARE POR BU



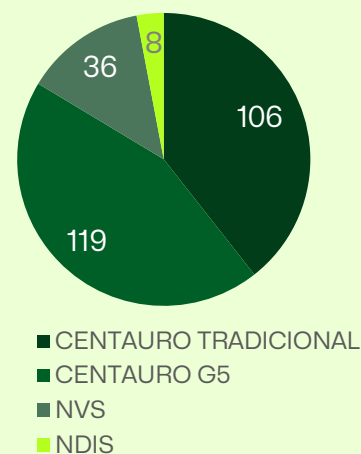
RECEITA LÍQUIDA E SHARE POR CANAL



EBITDA AJUSTADO (EX-IFRS) E MARGEM EBITDA



FOOTPRINT 269 LOJAS NO BRASIL



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESEMPENHO FINANCEIRO

- Conforme sinalizado ao longo desse relatório, os resultados serão explicados **desconsiderando o impacto do IFRS-16** nas despesas operacionais, no EBITDA, no resultado financeiro e no lucro líquido, tanto para o período de 2023 quanto de 2022. Com esse ajuste é possível analisar a companhia considerando a despesa de aluguel como despesa operacional.
- Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes listados na **página 07**. Para o quarto trimestre do ano de 2022, desconsideram-se os efeitos não recorrentes apresentados no release do 4T22.
- Os quadros de receita líquida e lucro bruto estão apresentados por unidade de negócio. Os demais quadros estão apresentados na visão consolidada do Grupo SBF.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RECEITA LÍQUIDA

R\$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
CENTAURO	1.071.156	1.148.216	-6,7%	3.461.396	3.504.480	-1,2%
Lojas Físicas	866.533	844.969	2,6%	2.756.911	2.596.549	6,2%
Plataforma Digital	204.623	303.247	-32,5%	704.484	907.932	-22,4%
FISIA	1.224.538	968.839	26,4%	4.044.090	3.206.132	26,1%
Atacado	377.278	427.911	-11,8%	1.455.033	1.541.403	-5,6%
Plataforma Digital	503.226	327.806	53,5%	1.581.164	1.067.406	48,1%
Lojas Físicas	344.034	213.122	61,4%	1.007.892	597.323	68,7%
(+) Eliminação intercompany	-165.553	-133.962		-516.815	-449.905	
GRUPO SBF	2.130.141	1.983.093	7,4%	6.988.671	6.260.707	11,6%

CENTAURO

A Centauro alcançou receita líquida de R\$ 1,1 bilhão no quarto trimestre de 2023, retração de 6,7% em comparação com o 4T22. Desconsiderando o impacto positivo da Copa do Mundo nas vendas em 2022, a receita líquida da Centauro teria expandido 2,4% no trimestre. No acumulado do ano, registrou receita de R\$ 3,5 bilhões, retração de 1,2% vs 2022.

As lojas físicas registraram R\$ 866,5 milhões no trimestre, crescimento de 2,6% vs o mesmo período do ano anterior. Desconsiderando o impacto positivo da Copa do Mundo em 2022, a receita líquida do canal teria expandido 12,6%. No trimestre, a receita das lojas físicas foi impactada negativamente pelos descontos praticados no mercado, os quais foram motivados pelos altos níveis de estoque da indústria. Além disso, o fechamento de 10 lojas deficitárias no 1S23 também impactou a receita do período.

A receita líquida da plataforma digital apresentou retração de 32,5% no trimestre, refletindo a estratégia da Companhia de potencializar a rentabilidade do canal através da melhora do ROI, priorizando a eficiência de marketing de performance e otimização dos custos com frete (redução dos subsídios). Apesar desta retração, a rentabilidade do e-commerce apresentou melhora em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RECEITA LÍQUIDA

FISIA

A Fisia apresentou receita líquida de R\$ 1,2 bilhão no quarto trimestre de 2023, crescimento de 26,4% em comparação com o 4T22. No acumulado do ano, registrou R\$ 4,0 bilhões de receita, crescimento de 26,1% em relação à 2022. As vendas DTC (*direct-to-consumer*) passaram de 42,7% em 2022 para 50,9% em 2023 (+8,2 p.p).

As lojas físicas atingiram R\$ 344,0 milhões de receita líquida no 4T23, crescimento de 61,4% vs o mesmo período de 2022. No ano, o canal registrou R\$ 1,0 bilhão, expansão de 68,7%. O crescimento das lojas físicas foi positivamente impactado pela abertura de 12 lojas Nike nos últimos 12 meses, e pelas vendas na Black Friday e no Natal. A Nike contou com a maior Black Friday da sua história, registrando 3 lojas com faturamento acima de R\$ 1 milhão no dia.

Vale destacar que a performance das lojas NVS (*Nike Value Store*) foi beneficiada pela política de descontos implementada com objetivo de reduzir os níveis de estoques, assim como pela evolução dos processos operacionais das lojas.

A plataforma digital (modalidades 1P e 3P) registrou R\$ 503,2 milhões de receita líquida no trimestre, crescimento de 53,3%. No ano, o canal alcançou R\$ 1,6 bilhão, expansão de 48,1%. A performance no trimestre foi impactada positivamente pelos períodos de Black Friday e Natal, e pela estratégia de remarcações, assim como ocorreu no canal de lojas físicas.

Como destaque do digital, a Fisia lançou o APP próprio da Nike no início de dezembro, representando 50% das vendas da modalidade 1P em apenas um mês de operação.

O canal de atacado apresentou receita líquida de R\$ 377,3 milhões no trimestre, retração de 11,8% vs o 4T22, impactado principalmente por uma base de comparação mais forte devido a migração do ERP em 2022, e uma dinâmica de compras ainda não normalizada. No ano, o canal registrou queda de 5,6%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

LUCRO BRUTO

R\$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
CENTAURO						
Lucro Bruto	512.346	534.716	-4,2%	1.701.739	1.678.448	1,4%
Margem Bruta	47,8%	46,6%	1,2 p.p	49,2%	47,9%	1,3 p.p
FISIA						
Lucro Bruto	491.996	412.982	19,1%	1.680.979	1.300.778	29,2%
Margem Bruta	40,2%	42,6%	-2,4 p.p	41,6%	40,6%	1,0 p.p
(+) Eliminação intercompany	-25.100	-3.573		-81.012	-40.435	
GRUPO SBF						
Lucro Bruto	979.241	944.126	3,7%	3.301.706	2.938.792	12,3%
Margem Bruta	46,0%	47,6%	-1,6 p.p	47,2%	46,9%	0,3 p.p

 CENTAURO

A margem bruta da Centauro atingiu 47,8% no quarto trimestre de 2023, expansão de 1,2 p.p vs o mesmo período de 2022. No acumulado do ano, a margem foi de 49,2% (+1,3 p.p.).

O crescimento contínuo da margem reflete a estratégia de expansão da rentabilidade adotada pela Centauro no canal digital, através redução de *markdowns* e dos subsídios de frete, e aumento da margem das modalidades *omnichannel*.

FISIA

A margem bruta de Fisia alcançou 40,2% no trimestre, retração de 2,4 p.p. em relação ao mesmo período de 2022. No acumulado do ano, a margem foi de 41,6%, expansão de 1,0 p.p.

A retração da margem no trimestre é justificada pela continuidade da adoção de políticas de *markdowns* mais agressivas, visando a redução dos níveis de estoque no segundo semestre. Tal efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 10 p.p. de participação dos canais DTC na receita.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESPESAS OPERACIONAIS

R\$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
Despesas Operacionais	-687.310	-717.520	-4,2%	-2.404.113	-2.210.989	8,7%
% Receita Líquida	32,3%	36,2%	-3,9 p.p	34,4%	35,3%	-0,9 p.p
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	-80.502	-66.026	21,9%	-290.649	-258.867	12,3%
Despesas Operacionais (ex-IFRS)	-767.812	-783.546	-2,0%	-2.694.762	-2.469.855	9,1%
% Receita Líquida	36,0%	39,5%	-3,5 p.p	38,6%	39,5%	-0,9 p.p
Vendas (ex-IFRS)	-641.097	-645.480	-0,7%	-2.307.239	-2.062.919	11,8%
% Receita Líquida	30,1%	32,5%	-2,4 p.p	33,0%	33,0%	0,0 p.p
Gerais e Administrativas (ex-IFRS)	-112.161	-140.118	-20,0%	-397.706	-419.355	-5,2%
% Receita Líquida	5,3%	7,1%	-1,8 p.p	5,7%	6,7%	-1,0 p.p
Outras receitas operacionais líquidas (ex-IFRS)	-14.555	2.052	n.a	10.183	12.419	-18,0%

☰ Despesas operacionais apresentadas excluindo Depreciação e Amortização.

Seguindo a tendência do terceiro trimestre, o 4T23 foi marcado pela diluição do SG&A como percentual da receita líquida, fruto dos ajustes estruturais realizados ao longo do primeiro semestre de 2023.

O Grupo SBF registrou R\$ 767,8 milhões de despesas operacionais ajustadas (ex-IFRS) no período, redução de 2,0% em relação ao 4T22. Como percentual da receita líquida, observou-se uma diluição 3,5 p.p. em comparação com o 4T22. No acumulado do ano, as despesas totalizaram R\$ 2,7 bilhões, expansão de 9,0%, representando uma diluição de 0,9 p.p. vs 2022.

Os ajustes realizados ao longo do primeiro semestre se concentraram nas frentes de (i) redução de quadro em todas as áreas da Companhia, (ii) renegociação de contratos com fornecedores, (iii) encerramento de lojas deficitárias da Centauro e (iv) redução de investimentos em *marketing* topo de funil.

Além disso, as despesas no quarto trimestre também foram beneficiadas pela conclusão da migração do centro de distribuição da Fisia para a operação própria, e pela diminuição dos custos de armazenagem devido ao menor nível de estoque no segundo semestre de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA

R\$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
Lucro Líquido	136.086	56.670	140,1%	183.474	157.420	16,6%
(+) Imposto de renda e CSS	1.545	-16.997	109,1%	-8.170	730	n.a
(+) Resultado financeiro líquido	-77.675	-69.635	11,5%	-339.018	-241.732	40,2%
(+) Depreciação e amortização	-79.716	-83.304	-4,3%	-366.931	-329.381	11,4%
(=) EBITDA	291.931	226.606	28,8%	897.593	727.804	23,3%
Margem EBITDA	13,7%	11,4%	2,3 p.p	12,8%	11,6%	1,2 p.p
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	-80.502	-66.026	21,9%	-290.649	-258.867	12,3%
EBITDA (ex-IFRS)	211.428	160.580	31,7%	606.944	468.936	29,4%
Margem EBITDA (ex-IFRS)	9,9%	8,1%	1,8 p.p	8,7%	7,5%	1,2 p.p

O EBITDA (ex-IFRS) do Grupo SBF totalizou R\$ 211,4 milhões no 4T23, crescimento de 31,7% vs o 4T22, com margem EBITDA de 9,9%, expansão de 1,8 p.p vs o mesmo período de 2022.

No acumulado do ano, a Companhia registrou EBITDA (ex-IFRS) de R\$ 606,9 milhões, incremento de 29,4%, com margem de 8,7%, expansão de 1,2 p.p vs o ano anterior.

Seguindo a tendência do terceiro trimestre, a redução das despesas estruturais impulsionou a expansão do EBITDA, mesmo diante de um cenário de contração da margem bruta devido as políticas de *markdowns* mais agressivas. Além disso, o crescimento consistente da Fisica contribuiu positivamente para o EBITDA do período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	-77.675	-69.635	11,5%	-339.018	-241.732	40,2%
(+) Despesa Financeira – Direito de Uso (IFRS)	33.283	33.013	0,8%	134.400	125.375	7,2%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas (ex-IFRS)	-44.391	-36.623	21,2%	-204.618	-116.357	75,9%

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

R\$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
Lucro Líquido	136.086	56.670	140,1%	183.474	157.420	16,6%
Margem Líquida	6,4%	2,9%	3,5 p.p	2,6%	2,5%	0,1 p.p
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	-80.502	-66.026	21,9%	-290.649	-258.867	12,3%
(+) Depreciação e Amortização Direito de Uso (IFRS16)	53.157	46.821	13,5%	205.206	182.565	12,4%
(+) Despesas Financeiras Direito de Uso (IFRS16)	33.283	33.013	0,8%	134.400	125.375	7,2%
(+) Imposto de Renda (IFRS16)	-721	1	n.a	-4.662	0	n.a
Lucro Líquido (ex-IFRS)	141.303	70.478	100,5%	227.770	206.493	10,3%
Margem Líquida (ex-IFRS)	6,6%	3,6%	3,0 p.p	3,3%	3,3%	0,0 p.p

O lucro líquido (ex-IFRS) do Grupo SBF totalizou R\$ 141,3 milhões no quarto trimestre, crescimento de 100,5% vs o 4T22. O No ano, o lucro líquido alcançou R\$ 227,8 milhões, expansão de 10,3% vs 2022.

O lucro líquido foi impactado positivamente pela diluição do SG&A, e negativamente pelo resultado financeiro do período dada a maior dívida média do trimestre em comparação aos períodos anteriores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

R\$ MIL	31/12/2023	31/12/2022	Δ(%)
Contas a receber	1.597.414	1.715.172	-6,9%
Tributos e IR a compensar	429.716	574.406	-25,2%
Estoques	1.699.339	1.737.002	-2,2%
Outras contas a receber	86.341	81.597	5,8%
	3.812.810	4.108.177	-7,2%
Outras contas a pagar	213.665	180.356	18,5%
Fornecedores de revenda	1.154.277	1.561.547	-26,1%
Obrigações Tributárias	359.469	225.628	59,3%
Arrendamento a pagar	182.918	278.072	-34,2%
Obrigações Trabalhistas	174.290	191.851	-9,2%
Outras Obrigações	66.290	152.851	-56,6%
	2.150.909	2.590.305	-17,0%
Capital de Giro Líquido	1.661.901	1.517.872	9,5%

O conceito do Capital de Giro Líquido utilizado se baseia em apurar a diferença entre Passivo Circulante e Ativo Circulante, excluindo Caixa, Dívida e Parcelamento de Tributos e incluindo Antecipação de Recebíveis.

O Grupo SBF apresentou aumento de 9,5% no capital de giro líquido em relação a 2022, totalizando R\$ 1,7 bilhão. No entanto, como percentual da receita bruta, o capital de giro líquido apresentou redução de 0,4 p.p., decorrente das ações estruturais realizadas ao longo do 2S23.

Após dois trimestres com níveis elevados de estoques, no quarto trimestre, a Companhia apresentou volume em linha com o 4T22, resultado das ações tomadas ao longo do ano. Em dias de estoques, o Grupo SBF finalizou o período com 168 dias (- 11,9% vs o 4T22 e -25,2% vs o 2T23). Vale destacar que para os próximos trimestres recomenda-se considerar a sazonalidade de cada período.

Já o aumento nominal no capital de giro foi principalmente causado pela diminuição do saldo de fornecedores, decorrente do plano de normalização dos estoques implementado durante o ano, tendo como principal estratégia a redução no cronograma de recebimento de produtos no 2S23. Em dias de fornecedores, o Grupo SBF encerrou o trimestre com 115 dias, redução de 33,3% vs o 4T22.

O efeito negativo observado na conta de fornecedores foi compensado pelos fatores abaixo:

- Contas a receber: melhora decorrente da mudança da política de parcelamentos nas lojas e e-commerce, incluindo o aumento da parcela mínima, redução do número de parcelas e incentivo a modalidade de pagamento PIX. Em dias de recebíveis, a Companhia finalizou o 4T23 com 66 dias, redução de 16,7% vs o mesmo período de 2022.
- Tributos e IR a compensar: redução no saldo resultante da implementação do corredor de importação no final de 2022, o qual possibilitou a utilização do saldo de créditos de ICMS/SP na Fisca, bem como o uso de créditos de PIS/COFINS acumulados de períodos anteriores.
- Obrigações tributárias: aumento explicado pelas provisões para o pagamento do DIFAL (Diferencial de Alíquota). A contrapartida destas provisões está em depósitos judiciais (ativo não circulante). Estas contas devem ser compensadas nos próximos períodos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

FLUXO DE CAIXA

R\$ MIL	4T23	4T22	Δ(%)	2023	2022	Δ(%)
EBITDA	290.673	272.851	6,5%	916.232	749.534	22,2%
Depreciação e Juros IFRS 16	-86.440	-79.834	8,3%	-339.607	-307.940	10,3%
Variação Capital de Giro ¹	693.569	163.897	323,2%	-144.029	-313.921	-54,1%
Outros	51.813	55.851	-7,2%	94.446	31.241	202,3%
Fluxo de Caixa Operacional	949.614	412.765	130,1%	527.042	158.913	231,7%
M&A	0	0	n.a	0	-37.669	n.a
Outros	-48.798	-152.734	-68,1%	-257.664	-341.232	-24,5%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-48.798	-152.734	-68,1%	-257.664	-378.901	-32,0%
Dívida ²	-158.382	-90.370	75,3%	237.278	149.949	58,2%
Antecipação de Recebíveis	-24.840	0	n.a	0	0	n.a
Parcelamento de Impostos	-4.563	-8.022	-43,1%	-16.316	-39.357	-58,5%
Dividendos	0	0	n.a	-33.085	-28.637	15,5%
Capital	0	83	n.a	348	6.997	-95,0%
Fluxo de Caixa de Financiamentos	-187.785	-98.309	91,0%	188.225	88.952	111,6%
Fluxo de Caixa	713.032	161.722	340,9%	457.603	-131.036	n.a



(1) Antecipações de recebíveis e parcelamentos de tributos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos;

(2) Inclui valor líquido entre pagamento e novas captações de dívidas.

A Companhia registrou fluxo de caixa operacional de R\$ 949,6 milhões no 4T23, aumento de R\$ 536,8 milhões em relação ao mesmo período de 2022.

Dada a sazonalidade do calendário de varejo, o quarto trimestre é marcado por uma forte geração de caixa quando comparado a outros períodos do ano. Em 2023, a geração de caixa foi impulsionada pelas medidas implementadas pela Companhia nas frentes de estoques e redução do prazo médio de recebimento dos clientes, as quais proporcionaram uma liberação de R\$ 694 milhões de capital de giro.

Em linha com a estratégia executada pelo Grupo SBF visando a redução da alavancagem financeira, o fluxo de caixa de investimentos passou de R\$152,7 milhões no 4T22 para R\$ 48,8 milhões no 4T23.

Com uma posição de caixa robusta, a Companhia efetuou pagamentos de dívidas/juros sem a necessidade de novas captações ou antecipações de recebíveis, resultando em um fluxo de caixa de financiamentos negativo de R\$ 187,8 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

R\$ MIL	31/12/2023 ajustado	31/12/2022 ajustado	Δ(%)
(+) Empréstimos e Financiamentos	1.597.500	1.133.562	40,9%
(-) Caixa e Equivalentes	875.914	418.311	109,4%
(=) Dívida Líquida	721.586	715.251	0,9%
(+) Antecipação de Recebíveis	0	0	n.a
(+) Parcelamento de Tributos	96.073	112.389	-14,5%
(=) Dívida Líquida Ajustada	817.659	827.640	-1,2%
Dívida Líquida Aj./EBITDA Aj. (Últ. 12 meses)	0,91x	1,14x	-0,23x
Dívida Líquida Aj. / EBITDA Aj. (ex-IFRS) (Últ. 12 meses)	1,35x	1,76x	-0,42x

A Companhia encerrou o quarto trimestre de 2023 com um saldo de empréstimos e financiamentos de R\$ 1,6 bilhão, expansão de 40,9% vs o 4T22. Tal incremento reflete as captações realizadas ao longo do ano visando sustentar o crescimento e atender às exigências temporárias de liquidez, motivadas pelas condições de estoques observadas até o terceiro trimestre do ano.

Entretanto, através da geração de caixa do trimestre, o Grupo SBF encerrou o trimestre com R\$ 817,7 milhões de dívida líquida, redução de 1,2% vs o mesmo período do ano anterior.

Através da redução da dívida líquida e expansão do EBITDA, a Companhia atingiu o objetivo de redução da alavancagem passando de 1,76x em dezembro/22 para 1,35x em dezembro/23.

INVESTIMENTOS - CAPEX

R\$ MIL	4T23	4T22	Δ(%)	2023	2022	Δ(%)
Novas Lojas	3.970	70.521	-94,4%	44.031	116.156	-62,1%
Reformas	910	15.908	-94,3%	10.665	37.820	-71,8%
Tecnologia e Inovação	26.831	33.705	-20,4%	119.244	116.715	2,2%
Logística	5.439	20.078	-72,9%	52.607	31.205	68,6%
Outros	11.648	12.522	-7,0%	31.117	39.336	-20,9%
Total Investimentos	48.798	152.734	-68,1%	257.664	341.232	-24,5%

O Grupo SBF apresentou CAPEX de R\$ 48,8 milhões no trimestre, redução de 68,1% vs o mesmo período do ano anterior. A redução é explicada principalmente pela concentração de abertura de lojas no primeiro semestre do ano, e pela conclusão do novo centro de distribuição da Fisia.

No ano, o CAPEX alcançou R\$ 260 milhões, redução de 24,5% vs 2022, devido à redução de aberturas de lojas realizadas ao longo do ano (27 lojas inauguradas em 2022 vs 18 lojas em 2023).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ MIL	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	8.614.447	8.470.247
Circulante	4.688.724	4.526.488
Caixa e equivalentes de caixa	875.914	418.311
Contas a receber	1.597.414	1.711.003
Instrumentos financeiros derivativos	0	4.169
IR e CS a compensar	390.649	525.351
Imposto de renda e contribuição social a compensar	39.067	49.055
Estoques	1.699.339	1.737.002
Outras contas a receber	86.341	81.597
Não Circulante	3.925.723	3.943.759
Tributos a compensar	187.811	146.880
IR e CS a compensar	23.487	93.055
Mútuos a receber	10.071	10.036
Ativo fiscal diferido	755.531	841.811
Depósitos judiciais	411.312	291.673
Outros valores a receber	54.757	67.727
Investimentos	4.080	5.001
Imobilizado	610.429	571.951
Intangível	523.591	487.453
Direito de uso	1.344.654	1.428.172
Passivo	8.614.447	8.470.247
Circulante	2.841.671	2.948.338
Fornecedores	1.154.277	1.561.547
Empréstimos e financiamentos	28.710	86.082
Debêntures	595.294	191.836
Instrumentos financeiros derivativos	87.804	39.612
Obrigações tributárias	358.963	192.684
IR e CS a recolher	506	32.944
Impostos parcelados	31.677	47.030
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	174.290	191.851
Dividendos a pagar	35.081	33.085
Arrendamentos a pagar	182.918	278.072
Outras contas a pagar	125.875	140.744
Outras Obrigações	66.276	152.851
Não Circulante	3.231.190	3.112.055
Empréstimos e financiamentos	172.444	81.997
Debêntures	801.052	773.647
Impostos parcelados	64.396	65.359
Provisões para contencioso	605.207	559.713
IR e CS diferidos	11.019	9.724
Arrendamentos a pagar	1.410.966	1.358.170
Outras Obrigações	91.660	123.874
Outras contas a pagar	74.446	139.571
Patrimônio Líquido	2.541.586	2.409.854
Capital social	1.830.872	1.830.524
Reservas de capital	271.263	261.528
Reservas de incentivo	458.561	331.702
Ajustes de avaliação patrimonial	-26.958	-15.157
Prejuízos acumulados	643	1.257
Dividendos Propostos	7.205	0

Relatório da Administração/Comentário de Desempenho

FLUXO DE CAIXA

R\$ MIL	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos	189.829	218.213
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	415.282	353.780
Juros	369.129	303.459
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-380	1.994
Resultado de equivalência patrimonial	922	-210
Pagamento baseado em ações	9.735	36.561
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	2.155	-1.927
Baixa residual arrendamentos	-7.438	-30
Provisão para obsolescência do estoque	68.602	46.948
Constituição líquida de provisão para contencioso	69.822	-18.161
Descontos sobre arrendamentos	-2.259	-10.108
	1.115.399	930.519
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	113.969	-411.908
Estoques	-30.939	-741.317
Instrumentos financeiros derivativos	4.169	-5.793
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	264.232	190.891
Depósitos judiciais	-119.639	-143.221
Outras contas a receber	8.226	9.866
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	-403.489	645.265
Obrigações tributárias	163.309	99.174
Parcelamentos de tributos	-24.421	-44.490
Instrumentos financeiros derivativos ²	22.503	34.995
Contingências pagas	-24.328	-41.557
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-17.561	34.156
Outras contas a pagar	-80.008	-175.319
Outras Obrigações	-118.775	133.663
Variação nos ativos e passivos:	-242.752	-415.595
Juros pagos sobre financiamentos	-34.051	-34.597
Juros pagos sobre debêntures	-170.014	-106.820
Imposto de renda e contribuição social pagos	-43.172	-108.002
Caixa líq. das atividades operacionais	625.410	265.505
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	-126.465	-230.266
Adições no intangível	-133.162	-141.455
Aquisição de controlada líquido do caixa recebido	0	-22.160
Caixa líq. das atividades de investimento	-259.627	-393.881
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	194.248	2.536
Empréstimos e financiamentos pagos	586.848	496.098
Emissão de debentures	-339.753	-207.268
Arrendamentos Pagos	-316.786	-262.386
Aumento de capital	348	6.997
Mútuos a receber	0	-10.000
Dividendos pagos	-33.085	-28.637
Caixa líq. das atividades de financiamento	91.820	-2.660
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	457.603	-131.036
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	418.311	549.347
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	875.914	418.311

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

IFRS

R\$ MIL	4T23	4T22	Δ(%)	2023	2022	Δ(%)
Receita líquida	2.130.141	1.983.093	7,4%	6.988.671	6.260.707	11,6%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-1.145.366	-1.038.967	10,2%	-3.674.000	-3.319.775	10,7%
Lucro bruto	984.775	944.126	4,3%	3.314.671	2.940.932	12,7%
Despesas Operacionais	-694.102	-671.275	3,4%	-2.398.439	-2.191.399	9,4%
Despesas de vendas	-550.750	-551.499	-0,1%	-2.010.719	-1.784.804	12,7%
Despesas administrativas e gerais	-129.673	-138.715	-6,5%	-398.937	-406.410	-1,8%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	-13.679	18.940	-172,2%	11.217	-184	n.a
Depreciação e amortização	-84.334	-87.922	-4,1%	-385.405	-347.698	10,8%
Lucro (Prejuízo) operacional	206.339	184.929	11,6%	530.827	401.836	32,1%
Receitas financeiras	47.832	51.330	-6,8%	249.367	254.441	-2,0%
Despesas Financeiras	-128.535	-62.856	104,5%	-590.365	-438.064	34,8%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-80.703	-11.526	n.a	-340.998	-183.623	85,7%
Lucro antes dos impostos	125.636	173.403	-27,5%	189.829	218.213	-13,0%
IR e CS	1.545	-32.737	104,7%	-21.017	-13.611	54,4%
Lucro líquido do período	127.181	140.666	-9,6%	168.812	204.602	-17,5%

IFRS + AJUSTES NÃO RECORRENTES

R\$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
Receita líquida	2.130.141	1.983.093	7,4%	6.988.671	6.260.707	11,6%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-1.150.900	-1.038.967	10,8%	-3.686.965	-3.321.915	11,0%
Lucro bruto	979.241	944.126	3,7%	3.301.706	2.938.792	12,3%
Despesas Operacionais	-687.310	-717.520	-4,2%	-2.404.113	-2.210.989	8,7%
Despesas de vendas	-568.288	-585.856	-3,0%	-2.060.194	-1.827.287	12,7%
Despesas administrativas e gerais	-104.467	-133.715	-21,9%	-361.542	-395.634	-8,6%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	-14.554	2.052	n.a	17.622	11.933	47,7%
Depreciação e amortização	-79.716	-83.304	-4,3%	-366.931	-329.381	11,4%
Lucro (Prejuízo) operacional	212.216	143.302	48,1%	530.662	398.423	33,2%
Receitas financeiras	47.832	21.842	119,0%	247.355	224.953	10,0%
Despesas Financeiras	-125.507	-91.478	37,2%	-586.374	-466.686	25,6%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-77.675	-69.635	11,5%	-339.018	-241.732	40,2%
Lucro antes dos impostos	134.541	73.667	82,6%	191.644	156.691	22,3%
IR e CS	1.545	-16.997	109,1%	-8.170	730	n.a
Lucro líquido do período	136.086	56.670	140,1%	183.474	157.420	16,6%

SOBRE O GRUPO SBF

O Grupo SBF é uma empresa de esporte que foi fundada em 1981 e até 2020 atuou no mercado brasileiro com a Centauro, maior varejista de artigos esportivos do Brasil e primeira varejista *omnichannel* do Brasil, com 100% das operações de lojas física e plataforma digital integradas desde de 2018. Em dezembro de 2020, uma nova unidade de negócio passou a integrar o Grupo SBF: a FISIA, representante exclusiva da Nike no Brasil, a maior marca esportiva do mundo. Em fevereiro de 2021, outra unidade de negócio entrou para compor o ecossistema de esporte do Brasil: a NWB, maior plataforma de mídia digital esportiva do Brasil. Ainda em 2021, criamos a SBF Ventures. Em 2022, foi concluído o processo de investimento: na Onefan, um *superapp* para torcedores de clubes de futebol, que permite concentrar serviços e experiências exclusivas; na X3M, empresa especializada na organização de corridas e eventos esportivos e na FitDance, a maior plataforma de dança no Brasil. No Grupo SBF, acreditamos que o esporte transforma vidas, e acordamos todos os dias para impulsionar o esporte no Brasil.



José Salazar



Victoria Machado Buono



Luna Romeu



Luísa Milan



João Marques

ri.gruposbf.com.br | ri@gruposbf.com.br



Aviso Legal

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, às projeções e resultados e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e do mercado internacional; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

**GRUPO
SBF**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo SBF S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sede no Estado e Cidade de São Paulo. O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação “SBFG3”.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SBF S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, compreendem a Companhia controladora, Grupo SBF S.A., e suas controladas denominadas em conjunto “Grupo” ou “Grupo SBF”.

O Grupo SBF tem como principais atividades o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, prestação de serviço logístico, produção audiovisual, assim como produção de filmes para publicidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2024.

A lista das controladas do Grupo SBF é apresentada abaixo:

Controladas	Participação societária				Atividade
	DIRETA		INDIRETA		
	2023	2022	2023	2022	
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. (“SBF Comércio”)	100%	99,96%	-	-	Comércio varejista
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. (“Fisia”)	-	100%	100%	-	Comércio atacadista e varejista
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda. (“Lione”)	-	-	100%	100%	Comércio esportivo
VBLOG Logística e Transporte Ltda. (“VBLOG”)	100%	99,00%	-	-	Serviços logísticos
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda. (“Pine”)	-	100%	-	-	Empreendimentos e participações
Premier Distribuidora de Vestuário, Calçados, Equipos e Acessórios Ltda. (“Premier”)	100%	-	-	100%	Comércio esportivo
Store Engenharia e Instalações Ltda. (“Store”)	-	100%	-	-	Serviços de engenharia
Network Participações S.A. (“Network”)	100%	100%	-	-	Holding
Neotv Prod e Com. de Cont. Audiovisual e Serv Digitais S.A. (“NeoTV”)	-	-	100%	79,97%	Produção Audiovisual
Fatality Tv Prod e Com Audiovisual e Serviços Digitais S.A. (“Fatality”)	-	-	-	100%	Produção Audiovisual
Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A. (“Acelerados”)	-	-	51%	51%	Produção Audiovisual
Falcão Prod E Com De Cont S.A. (“Falcão”)	-	-	-	51%	Produção Audiovisual
FitDance Entretenimento Ltda. (“Fitdance”)	-	-	100%	100%	Produção de filmes para publicidade

As principais informações sobre cada uma das controladas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo estão apresentadas na Nota 15.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção aos seguintes itens:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado;

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3 Consolidação

O Grupo detém participações societárias diretas e indiretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre empresas consolidadas (incluindo a controladora) e participação da controladora no patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora.

2.4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem.

O Grupo não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

2.5 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos

Em 2023, o Grupo avaliou as emendas aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2023. As principais alterações são:

- **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2** - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.
- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

- Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

2.6 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajadas pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- a) **Alteração ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”:** de acordo com o IAS 1 – “*Presentation of financial statements*”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, uma nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- b) **Alteração ao IFRS 16 – “Arrendamentos”:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso

que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

- c) **Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

2.7 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões (“CODM”) do Grupo para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

A Administração determinou que o CEO do Grupo é o CODM, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e análise de informações sobre os resultados operacionais do Grupo, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento. Consequentemente, a Administração determinou que o Grupo possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada.

Exceto pela receita bruta (Nota 30), não há informação financeira individualizada disponível. Toda a receita do Grupo é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes do Grupo estão localizados no Brasil.

Durante o exercício de 2023 a atividade de serviços não se qualificou como um segmento reportável.

2.8 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.9 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2023

3.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Leis Complementares.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da

finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Leis Complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 17. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

b) Perda (impairment) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- Contas a receber de clientes atacado (Nota 7);
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 755.531 (R\$ 841.811 em 31 de dezembro de 2022) relacionado a prejuízos fiscais, diferenças temporárias e bases negativas gerados pelas controladas do Grupo SBF. O Grupo entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas.

d) Contingências tributárias

O Grupo mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Há também discussão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

e) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental determinada com base na taxa de juros dos empréstimos do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, ou seja, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

f) Julgamentos críticos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Determinação do prazo do arrendamento: Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil

5.1.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios do Grupo para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los.

Mensuração subsequente

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas).

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, o Grupo transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que o Grupo manteve.

Com relação aos clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias, com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

O Grupo apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como

a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". O Grupo considera que este seja baixo ou superior pela agência de *rating* de crédito *Fitch Ratings*.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis do Grupo referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com o Grupo (não há histórico de perdas) e *rating* de crédito das administradoras avaliado pelo mercado.

5.1.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20), instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 20) e passivo de arrendamento (Nota 18).

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança

cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

5.2 Gestão de risco financeiro

5.2.1 Fatores de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das ações	Investimentos em valores mobiliários	Análise de sensibilidade	Diversificação da carteira
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes atacado, instrumentos financeiros derivativos e ativos de contratos	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras
		Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ ratings
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado

Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, o Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros

Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial do Grupo dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Derivativos operacionais - Notional (NDF)	(1.438.615)	(1.644.665)

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto.

O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge, conforme CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada como componente de “outros resultados abrangentes”. Em 31 de dezembro de 2023, foi apurada perda de R\$ 26.958 (R\$ 15.157 em 31 de dezembro de 2022). O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.

Os valores acumulados em “outros resultados abrangentes” são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de hedge).

Vencimentos	Instrumento de hedge		Valor justo	Objeto de hedge	
	Moeda	Notional		Operação	Vencimentos estimados
De 24/01/2024 à 18/12/2024	USD	(1.438.615)	(87.804)	Pedido de Importações de mercadorias	De 24/01/2024 à 18/12/2024
Total consolidado		(1.438.615)	(87.804)		

Valor justo

No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2023, sendo que todos possuem a finalidade de proteção cambial para compra de mercadorias.

Derivativo	Valor principal	Posição comprada ou vendida	Valor justo	Prazo máximo de vencimento	Contraparte
NDF	(254.668)	Comprado	(8.650)	18/12/2024	ABC
NDF	(583.806)	Comprado	(36.969)	18/12/2024	Bradesco
NDF	(214.209)	Comprado	(4.004)	18/12/2024	BTG
NDF	(165.665)	Comprado	(12.614)	18/12/2024	HSBC Brasil
NDF	(240.537)	Comprado	(16.946)	18/12/2024	Itaú
NDF	(188.795)	Comprado	(14.386)	18/12/2024	Votorantim
NDF	44.547	Vendido	694	18/12/2024	ABC
NDF	29.778	Vendido	1.143	18/12/2024	Bradesco
NDF	109.256	Vendido	3.295	18/12/2024	BTG
NDF	18.825	Vendido	521	18/12/2024	Itaú
NDF	6.659	Vendido	112	18/12/2024	Votorantim
Total	(1.438.615)		(87.804)		

Risco de taxas de juros

Decorrem da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos, financiamentos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pelo Grupo. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos.

Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo correspondem a:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (Nota 6)	783.551	375.007
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	(201.154)	(168.079)
Debêntures (Nota 20)	(1.396.346)	(965.483)
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	(1.593.882)	(1.636.242)

Análise de sensibilidade

O risco do Grupo decorre das operações com aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, o Grupo utilizou o CDI do índice DI da B3 (11,65% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

			Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
	2023	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras (Nota 6)	783.551	91.284	114.105	136.926	68.463	45.642
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	(201.154)	23.434	(29.293)	(35.151)	(17.576)	(11.717)
Debêntures (Nota 20)	(1.396.346)	162.674	(203.343)	(244.011)	(122.006)	(81.337)
Arrendamentos a pagar	(1.593.882)	185.687	(232.109)	(278.531)	(139.265)	(92.844)

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e atacado e por aplicações financeiras.

O risco de crédito do Grupo são as administradoras de cartão de crédito, e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 88,5% (90,2% em 31 de dezembro de 2022) dos recebíveis no balanço do Grupo, enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 11,5% (9,8% em 31 de dezembro de 2022). Todas as vendas do Grupo nas lojas ou na plataforma digital são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento à vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado.

O Grupo registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com o Grupo (não há risco de perda) e rating de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente, o Grupo não tem apresentado perdas na realização do contas a receber.

A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada na Nota 7.

Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda.

No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos (Nota 6)	1.194	554	52.740	43.052
Meios de pagamento (Nota 6)	-	-	39.623	252
Aplicações financeiras - circulante (Nota 6)	54	33.961	783.551	375.007
Contas a receber (Nota 7)	-	-	1.597.414	1.711.003
Outros ativos (Nota 12)	54.898	50.067	141.098	149.324
Depósitos judiciais (Nota 14)	118	114	411.312	291.673
Total	56.264	84.696	3.025.738	2.570.311

Devido à característica de seu negócio, o Grupo não possui níveis diferenciados de risco de crédito do contas a receber de varejo por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo mantém contratos de antecipação de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía R\$ 109.345 de antecipação de recebíveis. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não tinha saldo de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 1.087.874 (R\$ 1.099.029 em 31 de dezembro de 2022).

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações a curto prazo	(2.841.671)	(2.948.338)
Caixas e equivalentes (Nota 6)	875.914	418.311
Instrumentos financeiros derivativos - ativo (Nota 9)	-	4.169
Contas a receber (Nota 7)	1.597.414	1.711.003
Total	(368.343)	(814.855)
Patrimônio líquido	2.541.586	2.409.854
Índice de endividamento líquido	14%	34%

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

O Grupo acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis de cartão de crédito podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista por meio de venda da carteira de recebíveis.

Os pagamentos a fornecedores, por sua vez, têm vencimentos que chegam há 150 dias após o recebimento em nosso centro de distribuição e, historicamente, temos conseguido aumentar esses prazos devido a nossa relevância para os fornecedores.

Assim, a Grupo utiliza os recursos das vendas do exercício para quitar as compras feitas no exercício anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo.

A maior parte dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão no longo prazo, sendo que 39,06% serão liquidados em curto prazo, ou seja, em até 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 2,14% anual

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	1.091.681	1.092.723	962.136	130.587	-	-	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	62.596	62.596	46.731	15.865	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	201.154	263.348	5.955	46.783	67.579	143.031	-
Debêntures (Nota 20)	1.396.346	1.626.501	46.222	663.761	461.102	455.416	-
Impostos parcelados (Nota 22)	96.073	107.850	8.629	28.832	29.394	40.956	39
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.593.884	2.150.277	52.910	271.805	589.729	518.926	716.907
Outras contas a pagar (Nota 26)	200.321	200.321	200.321	-	-	-	-
Total	4.642.055	5.503.616	1.322.904	1.157.633	1.147.804	1.158.329	716.946

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	1.423.376	1.423.376	1.207.653	215.723	-	-	-
Fornecedores - Risco sacado (Nota 19)	138.171	138.171	119.130	19.041	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	168.079	191.291	4.545	99.084	87.103	559	-
Debêntures (Nota 20)	965.483	1.278.719	28.413	274.656	269.123	528.346	178.181
Arrendamentos a pagar (Nota 19)	1.636.242	2.215.962	53.187	273.997	577.059	498.929	812.790
Impostos parcelados (Nota 22)	112.389	130.743	11.217	47.771	33.207	37.771	777
Outras contas a pagar (Nota 26)	280.315	275.669	275.669	-	-	-	-
Total	4.724.055	5.653.931	1.699.814	930.272	966.492	1.065.605	991.748

Os fluxos de entradas / saídas divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

5.2.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	201.154	168.079
Debêntures (Nota 18)	1.396.346	965.483
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 6)	(875.914)	(418.311)
Dívida líquida	721.586	715.251
Total do patrimônio líquido	2.541.586	2.409.854
Capital total	3.263.172	3.125.105
Índice de alavancagem financeira - %	22%	23%

O Grupo apresentava em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido consolidado positivo de R\$ 1.847.053 (R\$ 1.578.150 em 31 de dezembro de 2022), ou seja, uma variação positiva de R\$ 268.903.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresentou lucro antes dos impostos de R\$ 189.829 (R\$ 218.213 em 31 de dezembro de 2022).

5.2.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Valor justo versus valor contábil - Consolidado

Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

O Grupo possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial do Grupo, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Consolidado 31/12/2023			
Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos			
Caixas e bancos (Nota 6)	-	52.740	-
Meios de pagamento (Nota 6)	Nível 2	39.623	-
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	783.551	-
Contas a receber (Nota 7)	-	1.597.414	-
Depósitos judiciais (Nota 14)	-	411.312	-
Total	2.884.640	823.174	2.061.466
Passivos			
Fornecedores (Nota 19)	-	1.091.681	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	-	62.596	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	-	201.154	-
Debêntures (Nota 20)	-	1.396.346	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	87.804	-
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	-	1.593.884	-
Impostos parcelados (Nota 22)	-	96.073	-
Total	4.529.538	87.804	4.441.734

Consolidado 31/12/2022			
Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos			
Caixa e bancos (Nota 6)	-	43.052	-
Meios de pagamento (Nota 6)	-	252	-
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	375.007	-
Contas a receber (Nota 7)	-	1.711.003	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	4.169	-
Total	2.133.483	379.176	1.754.307
Passivos			
Fornecedores (Nota 19)	-	1.423.376	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	-	138.171	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	-	168.079	-
Debêntures (Nota 20)	-	965.483	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	39.612	-
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	-	1.636.242	-
Impostos parcelados (Nota 22)	-	112.389	-
Total	4.483.352	39.612	4.443.740

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, os meios de pagamentos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras de curto prazo que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário – “CDB” remunerados por taxas que variam aproximadamente em 89,99% para aplicações diárias (53,75% em aplicações diárias em 31 de dezembro 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – “CDI”.

6.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixas	-	-	6.292	6.514
Bancos	1.194	554	46.448	36.538
Meios de pagamento (a)	-	-	39.623	252
Aplicações financeiras	54	33.961	783.551	375.007
Total	1.248	34.515	875.914	418.311

(a) Meios de pagamento referem-se às carteiras digitais utilizadas em transações financeiras eletrônicas para recebimento de recursos nas operações de vendas de mercadorias que possuem liquidez imediata.

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas esperadas do contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

7.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Administradora de cartão de crédito (a)	-	-	1.414.484	1.557.855
Duplicatas a receber - atacado	-	-	183.802	154.583
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 25)	16.998	30.485	-	-
Subtotal	16.998	30.485	1.598.286	1.712.438
Provisão para perda esperada do contas a receber	-	-	(872)	(1.435)
Total	16.998	30.485	1.597.414	1.711.003

(a) Refere-se ao saldo a receber de administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. O Grupo possui contratos que permitem a venda

de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações são efetuadas sempre que o Grupo entende que tem a necessidade de caixa imediato. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto às administradoras de cartão de crédito.

O valor das comissões sobre as operações de vendas de recebíveis realizadas ao longo do ano, sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 33 no montante de R\$ 16.669 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 466 em 31 de dezembro de 2022).

O saldo da rubrica “contas a receber” está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. Em 31 de dezembro de 2023, 88,5% dos recebíveis do Grupo são decorrentes de operações com cartão de crédito que correspondem ao montante total de R\$ 1.414.484 (R\$ 1.557.855 em 31 de dezembro de 2022).

As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	(1.435)	(3.138)
Constituição	(5.154)	(1.994)
Reversão	4.049	2.991
Perda efetiva	1.485	706
Baixas	183	-
Saldo final	(872)	(1.435)

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2023	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	25	100,00%	(25)	Sim
Recebíveis de atacado	183.777	0,43%	(847)	Não
Recebíveis de varejo	1.414.484	0,00%	-	Não
Total	1.598.286		(872)	

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2022	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	947	100,00%	(947)	Sim
Recebíveis de atacado	154.583	0,28%	(488)	Não
Recebíveis de varejo	1.556.908	0%	-	Não
Total	1.712.438		(1.435)	

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

Aging	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos acima de 120 dias	7.692	1.468
Vencidos acima de 90 dias	1.047	3.049
Vencidos até 90 dias	1.392	820
Vencidos até 60 dias	1.271	6.722
Vencidos até 30 dias	5.951	11.674
A vencer até 30 dias	769.361	758.139
A vencer de 31 a 60 dias	318.513	340.890
A vencer de 61 a 90 dias	188.263	198.005
A vencer de 91 a 120 dias	121.482	119.596
A vencer acima de 121 a 180 dias	112.818	153.007
A vencer de 181 a acima de 365 dias	70.496	119.068
Total	1.598.286	1.712.438

8. ESTOQUES – CONSOLIDADO

8.1 Política contábil

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda.

O ajuste ao valor realizável dos estoques do Grupo é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas.

8.2 Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadoria de revenda (lojas)	873.703	791.452
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	768.582	542.763
Importação em andamento	67.195	405.054
Almoxarifado	10.545	6.345
Subtotal	1.720.025	1.745.614
Ajuste ao valor realizável dos estoques	(20.686)	(8.612)
Total	1.699.339	1.737.002

Movimentação das perdas nos valores realizáveis

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(8.613)	(19.520)
Adição	(68.602)	(46.948)
Perdas efetivas nos estoques	56.529	57.856
Saldo final	(20.686)	(8.612)

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – CONSOLIDADO

9.1 Política contábil

A contratação e operação de hedge do Grupo está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (hedge).

As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de câmbio utilizados para hedge - Ativo	-	4.169
Contratos de câmbio utilizados para hedge - Passivo	(87.804)	(39.612)
Total	(87.804)	(35.443)

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos.

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR – CONSOLIDADO

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS (a)	363.354	451.422
PIS	31.342	36.150
COFINS	140.401	162.375
IRRF	32.268	11.521
INSS	10.731	10.178
Outros	364	585
Total	578.460	672.231
Circulante	390.649	525.351
Não circulante	187.811	146.880

- (a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo dos créditos a serem utilizados era de R\$ 363.354, sendo que o saldo de créditos a ser utilizado em até 12 meses era de R\$ 217.282 da sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

	Utilização
Até 12 meses	217.282
Acima de 12 meses	146.072
Total	363.354

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR – CONSOLIDADO

11.1 Política contábil

Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são

apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ/CSLL sobre selic	30.764	93.055
IRPJ/CSLL	31.790	49.055
Total	62.554	142.110
Circulante	39.067	49.055
Não circulante	23.487	93.055

12. OUTROS ATIVOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Marketing a apropriar	37.728	26.984
Contencioso indenizável	37.688	34.351
Despesas antecipadas	32.169	35.638
Prêmios de seguros a apropriar	11.455	8.558
Depósito em garantia - Aquisição NWB	6.824	7.216
Bônus de subscrição One Fan	7.250	7.250
Outros valores a receber	1.775	10.333
Adiantamento para fornecedores	4.096	967
Adiantamento para colaboradores	2.113	1.221
Adiantamento para despachante aduaneiro	-	16.806
Total	141.098	149.324
Circulante	86.341	81.597
Não circulante	54.757	67.727

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDOS - CONSOLIDADO

13.1 Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades do Grupo que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de

pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 14.2.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Grupo adotou as alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro (IAS 12 – *Income taxes*) pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, o Grupo não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

13.2 Composição

	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	401.151	407.935	-	-	401.151	407.935
Provisões gerais e contingências	129.794	124.141	(9.877)	(8.231)	119.917	115.910
Provisão para estoques	18.127	21.239	-	-	18.127	21.239
Provisão de bônus	20.788	14.593	-	-	20.788	14.593
Depreciação / arrendamento	334.113	314.915	(209.447)	(181.790)	124.666	133.125
Ágio	71.050	71.050	(61.577)	(61.577)	9.473	9.473
Mais valia Fitdance	-	-	(1.142)	(1.493)	(1.142)	(1.493)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a)	-	-	(93.660)	-	(93.660)	-
Diferido sobre hedge	13.887	-	-	-	13.887	-
Lucro nos estoques	131.305	131.305	-	-	131.305	131.305
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	1.120.215	1.085.178	(375.703)	(253.091)	744.512	832.087
Montante passível de compensação	(364.684)	(243.367)	364.684	243.367	-	-
Imposto líquido ativo (passivo)	755.531	841.811	(11.019)	(9.724)	744.512	832.087

(a) No 2º trimestre de 2023 foi proferida decisão judicial em favor da Companhia reconhecendo que a incidência do IRPJ e CSLL sobre créditos tributários só ocorre no momento da homologação da compensação e não do registro contábil do crédito. Diante disso, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras um crédito de impostos a recuperar no montante de R\$ 90.906, decorrente da tributação indevida pelo IRPJ e CSLL, por ter oferecido antecipadamente à tributação, o valor das compensações realizadas com os créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, apropriados em 2019. Em contrapartida ao crédito tributário reconhecido, a Companhia reconheceu um passivo fiscal diferido no montante de R\$ 93.660, decorrente da expectativa de recolhimento do IRPJ e CSLL quando ocorrer a homologação das compensações realizadas. O efeito no resultado da Companhia é de R\$ 2.754

Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido

As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo:

Prazo de projeção

O estudo preparado pelo Grupo, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no exercício demonstrado no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para o Grupo. Conforme política contábil adotada, o Grupo reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que espera-se que estejam disponíveis nos próximos 10 anos.

A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo (consolidado):

Ano	SBF Comércio	Fisica	Demais empresas	31/12/2023
2024	-	19.404	988	20.392
2025	775	31.641	2.442	34.858
2026	13.245	44.379	2.994	60.618
2027	15.589	45.539	3.186	64.314
2028	24.310	43.542	3.631	71.483
2029	33.709	50.001	4.120	87.830
2030	50.919	63.351	4.921	119.191
2031	54.823	24.648	5.194	84.665
2032	69.392	-	5.786	75.178
2033 (*)	-	-	137.002	137.002
Total	262.762	322.505	170.264	755.531

(*) Refere-se substancialmente a diferença temporária de lucro nos estoques atrelado às transações de compra e venda de mercadorias intercompany. Tendo em vista que essa diferença temporária é perene, isto é, enquanto durar as operações, apresentamos a realização ao final do 10º ano.

Taxa de crescimento da receita

Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 8,6%.

Ganho de margem

Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas do Grupo, tanto de vendas como administrativas.

Análise de sensibilidade das premissas

O valor previsto de lucro tributável para os próximos 10 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 744.512. O Grupo efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 13,17% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios.

	2023		2022	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	798.671	271.548	339.015	115.265
Despesas temporárias	130.732	44.449	196.923	66.954
Total ativos fiscais diferidos não reconhecidos	929.403	315.997	535.938	182.219

Os efeitos tributários dos ativos fiscais não reconhecidos estão sendo demonstrado por natureza abaixo:

Descrição	Base não constituído	Diferido não constituído
Prejuízo fiscal	798.672	271.548
Depreciação / arrendamento	107.636	36.596
Provisões gerais e contingências	10.705	3.639
Provisão de bônus	48.542	16.505
Provisão para estoques	(11.544)	(3.925)
Ágio	(27.863)	(9.473)
Diferido não constituído	926.148	314.890

As informações no nível das controladas estão demonstradas abaixo:

2023	Grupo SBF S.A (Controladora)		SBF Comércio		Fisia		Demais empresas(*)		Consolidado	
	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	160.655	54.623	320.004	108.801	143.479	48.783	174.533	59.341	798.671	271.548
Despesas temporárias	15.057	5.119	101.460	34.496	-	-	14.215	4.833	130.732	44.449
Total	175.712	59.742	421.464	143.297	143.479	48.783	188.748	64.174	929.403	315.997

(*) Dentro das demais empresas está contido NWB, VBlog e Premier.

Movimento das diferenças temporárias

A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Saldo em 01/01/2023	Reconhecidos no resultado	Ágio	Utilização imposto corrente	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa	407.935	(6.310)	-	(474)	-	401.151
Provisões gerais e contingências	115.910	4.006	-	-	-	119.917
Provisão para estoques	21.239	(3.112)	-	-	-	18.127
Provisão de bônus	14.593	6.195	-	-	-	20.788
Depreciação / arrendamento	133.125	(8.459)	-	-	-	124.666
Ágio	9.473	-	-	-	-	9.473
Mais valia Fitdance	(1.493)	-	351	-	-	(1.142)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	-	(93.660)	-	-	-	(93.660)
Diferido sobre hedge	-	-	-	-	13.887	13.887
Lucro nos estoques	131.305	-	-	-	-	131.305
Imposto líquido ativo (passivo)	832.087	(101.340)	351	(474)	13.887	744.512

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos	169.146	205.020	189.829	218.213
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(57.510)	(69.707)	(64.542)	(74.192)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	-	(7.423)	(11.115)	(26.323)
Exclusões permanentes:				
Incentivo fiscal exercício corrente	-	-	102.531	63.882
Incentivo fiscal exercícios anteriores - redução de base (a)	-	-	67.942	-
Receitas não tributáveis	4	4.905	12.083	38.469
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	63.805	88.169	313	-
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	(5.995)	(16.548)	(128.873)	(18.864)
Efeito IR sobre gratificação à administradores	-	600	260	600
PAT	-	-	-	2.288
Outros	(305)	1	384	529
Imposto de renda e contribuição social	(1)	(3)	(21.017)	(13.611)
Corrente	-	-	80.323	(127.140)
Diferido	(1)	(3)	(101.340)	113.529
Alíquota efetiva	0%	0%	-11%	-6%

- (a) Nos termos do julgamento proferido pelo STJ, a controlada indireta Fisia passou a excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente, uma vez que diante do fato novo ocorrido com a publicação do acórdão do STJ houve o reconhecimento da possibilidade de exclusão desse benefício. Em 31 de dezembro de 2023 a controlada indireta Fisia reconheceu o valor de incentivo fiscal retroativo aos últimos 5 anos no montante de R\$ 199.830. Esse reconhecimento ocorreu integralmente no exercício de 2023 e não afetou a apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de exercícios anteriores.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS – CONSOLIDADO

14.1 Política contábil

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais representam ativos restritos do Grupo e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Provisões para riscos administrativos e judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo

empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

14.2 Composição

Depósitos judiciais

As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	235.859	122.741	(3.744)	(26.470)	328.386
Depósitos judiciais - Rendimentos	52.092	33.812	(130)	(5.828)	79.946
Bloqueio judicial - Trabalhista	3.722	47	(514)	(275)	2.980
Total	291.673	156.600	(4.388)	(32.573)	411.312

(a) Durante o exercício de 2022 foram iniciadas as discussões relacionadas à aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88. Em relação a 2023, em montante inferior, também foram realizados depósitos diante da possibilidade de discussão quanto à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal para instituição do DIFAL.

Ainda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada pelo Grupo.

As movimentações de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	109.980	130.154	-	(4.275)	235.859
Depósitos judiciais - Rendimentos	34.547	18.148	(102)	(501)	52.092
Bloqueio judicial - Trabalhista	3.922	997	(1.118)	(79)	3.722
Total	148.449	149.299	(1.220)	(4.855)	291.673

Provisões para riscos administrativos e judiciais

As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Cível / Consumidor (a)	11.715	9.987	(9.679)	(6.874)	5.149
Trabalhistas (b)	30.425	11.152	(12.411)	(3.120)	26.046
Tributário (c)	517.573	58.767	(2.238)	(90)	574.012
Total	559.713	79.906	(24.328)	(10.084)	605.207

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde o Grupo perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para o Grupo ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os exercícios (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota).

As movimentações dos saldos das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Cível / Consumidor (a)	7.868	9.884	(3.208)	(2.829)	11.715
Trabalhistas (b)	39.487	10.682	(8.713)	(11.031)	30.425
Tributário (c)	572.076	36.569	(29.636)	(61.436)	517.573
Total	619.431	57.135	(41.557)	(75.296)	559.713

a. Processos de natureza cível / consumidor

São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui R\$ 5.149 (R\$ 11.715 em 31 dezembro de 2022) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 76.549 (R\$ 52.631 em 31 dezembro de 2022) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos do Grupo.

b. Processos de natureza trabalhista

Tratam-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui R\$ 26.046 (R\$ 30.425 em dezembro de 2022) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 96.293 (R\$ 70.703 em 31 de dezembro de 2022) baseado em precedentes e/ou jurisprudências.

c. Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2023, o total de débitos tributários, que são classificados como perda provável, perfaz o montante de R\$ 574.012 (R\$ 517.573 em 31 de dezembro de 2022).

Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Há outras discussões que envolvem ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal.

Além disso, diante do julgamento desfavorável do STF nas ADIs 7066, 7078 e 7070 que tratam sobre a possibilidade de cobrança de diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL) em 2022, houve alteração do prognóstico de perda dos processos e, consequente, provisionamento dos valores que não foram declarados e recolhidos no montante de R\$ 17.725.

Passivos contingentes

Processos federais

Os processos federais em que o Grupo figura no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante de R\$ 878.080 (R\$ 463.973 em dezembro de 2022), conforme avaliação dos assessores jurídicos do Grupo, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

Imposto	31/12/2023	31/12/2022
FGTS (a)	101.209	95.932
PIS, COFINS, IRPJ e CSLL (b)	222.695	95.380
IRPJ e CSLL (c)	130.387	116.741
PIS / COFINS (d)	251.369	32.664
IOF (e)	8.781	8.072
INSS (f)	144.417	95.968
Outros (g)	19.222	19.216
Total	878.080	463.973

(a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho de 2004 a 2017, no montante de R\$ 101.209.

(b) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - Existem discussões no montante de R\$ 41.285 (R\$ 38.875 em 31 de dezembro de 2022) por declarações retificadas e ainda não homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB) e R\$ 116.516 por débitos incluídos no programa especial de regularização. Existe também a discussão no montante de R\$ 63.287 (R\$ 54.966 em 31 de dezembro de 2022) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores

no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB. Discute-se, ainda, o montante de R\$ 1.607 (R\$ 1.539 em 31 de dezembro de 2022) referente à multa agravada.

(c) IRPJ e CSLL – O Grupo possui discussões no montante de R\$ 47.516 (R\$ 42.259 em 31 de dezembro de 2022) sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011, a título de incentivos fiscais e dos ajustes de estoque, ocorridos nos períodos de 2009 e 2010, além de discussões referentes à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, compensações não homologadas, entre outros. Discute também o montante de R\$ 81.254 (R\$ 74.482 em 31 de dezembro de 2022), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos fiscais, além de discussões no R\$ 1.617 acerca do pagamento de IRRF, cujas compensações não foram homologadas

(d) PIS/COFINS - Discute-se o montante de R\$ 35.509 (R\$ 32.664 em 31 de dezembro de 2022) acerca de compensações não homologadas referentes aos períodos entre 2008, 2012 a 2017, em razão de supostas divergências nas declarações e R\$ 215.860 referente a discussão de tese da ação rescisória contra ação de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS.

Ainda, em relação à operação das controladas do Grupo SBF, SBF Comércio e FISIA, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R\$ 69.891 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 33.393 em 31 de dezembro de 2022).

(e) IOF – Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico, do período de 2014 e 2015 no valor de R\$ 8.781.

(f) INSS - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R\$ 3.127 (R\$ 2.880 em 31 de dezembro de 2022). Discute-se, ainda, o montante de R\$ 141.290 (R\$ 93.088 em 31 de dezembro de 2022), referentes às compensações não homologadas e multa, relativos a créditos de verbas previdenciárias de 2013 a 2022.

(g) Outros - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e II, entre outras discussões, que perfazem o montante de R\$ 19.222 (R\$ 19.216 em 31 de dezembro de 2022).

Processos estaduais

O Grupo é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração do Grupo decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados.

Além dos valores já provisionados com prognóstico de perda provável, em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui 15,7% (18,3% em 31 de dezembro de 2022) da sua carteira de processos

tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos de cobrança de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R\$ 354.099 (R\$ 380.944 em 31 de dezembro 2022), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis.

Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pelo Grupo considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual.

Processos municipais

O Grupo possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 5.323 (R\$ 4.528 em 31 de dezembro de 2022), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema – MG para os períodos de 2014 a 2016.

Contingências restituíveis

Existem no contrato de aquisição entre o Grupo e a controlada Fisia, contingências trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como perda possível, conforme análise dos assessores jurídicos do Grupo, as quais podem ser restituíveis, caso venha a ter desembolso de caixa para esses processos. Sendo assim, nos termos do CPC 15 - Combinação de negócios, estas contingências devem ser provisionadas para fins de alocação de preço assumidas pelo Grupo em decorrência do contrato de aquisição da operação Fisia, totalizando um valor original de R\$ 33.660 que será mantida até a sua resolução na empresa controlada. Essas contingências são passíveis de indenização integral do saldo por parte da Nike Inc. e, portanto, há o registro de ativo indenizatório apresentado na rubrica de "outros valores a receber" de igual valor. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de contingências restituíveis é de R\$ 36.461 (R\$ 33.823 em 31 de dezembro de 2022). Tais contingências foram mensuradas de maneira que representem o maior valor entre o montante pelo qual esse passivo seria reconhecido, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e o montante pelo qual o passivo foi inicialmente reconhecido.

15. INVESTIMENTOS E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS COM PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

15.1 Política contábil

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, inputs e processos substantivos que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar outputs.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos

adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado no mínimo anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

(ii) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(iii) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos

ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(iv) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(vi) Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

15.2 Composição

	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	2.349.640	2.205.672
VBLOG	15.630	28.122
Network	61.796	64.450
Premier	6.282	(24.213)
Total	2.433.348	2.274.031

Composição		
Investimentos	2.433.348	2.298.244
Investimentos negativos em controladas	-	(24.213)
Total	2.433.348	2.274.031

Controladas	Participação no patrimônio líquido	Ágio gerado na aquisição/mais valias	Saldo em 31/12/2023
SBF Comércio	2.349.640		2.349.640
VBLOG	15.630	-	15.630
Premier	6.282	-	6.282
Network	7.961	53.835	61.796
Total	2.379.513	53.835	2.433.348

Apresentamos abaixo as movimentações dos investimentos em controladas.

		31/12/2023							
Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência
SBF Comércio	100%	6.319.360	3.762.907	2.556.453	(206.813)	2.349.640	173.880	3.255	177.135
VBLOG	100%	90.175	72.769	17.406	(1.776)	15.630	(3.680)	(7.334)	(11.014)
Premier	100%	332.362	326.080	6.282	-	6.282	30.495	-	30.495
Network	100%	16.014	8.053	7.961	-	7.961	(6.668)	-	(6.668)
Total		6.757.911	4.169.809	2.588.102	(208.589)	2.379.513	194.027	(4.079)	189.948

Movimento	Saldo em 01/01/2023	Aumento de capital	ORA	Contribuição de capital	Dividendos / JCP	Amortização PPA	Equivalência	Saldo em 31/12/2023
SBF Comércio	2.205.672	-	(11.801)	4.195	(25.561)	-	177.135	2.349.640
VBLOG	28.122	-	-	-	(1.478)	-	(11.014)	15.630
Premier	(24.213)	-	-	-	-	-	30.495	6.282
Network	64.450	6.300	-	-	-	(2.286)	(6.668)	61.796
Total	2.274.031	6.300	(11.801)	4.195	(27.039)	(2.286)	189.948	2.433.348

		31/12/2022							
Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência
SBF Comércio	100%	8.209.736	5.749.177	2.460.559	(255.935)	2.204.624	40.045	(95.668)	(55.623)
VBLOG	100%	107.865	85.301	22.564	5.558	28.122	6.228	15.082	21.310
Store	100%	-	-	-	-	-	(12.734)	-	(12.734)
Pine	100%	-	-	-	-	-	33.537	-	33.537
Fisia	100%	-	-	-	-	-	278.636	-	278.636
Premier	100%	1.693.023	1.717.236	(24.213)	-	(24.213)	14.789	-	14.789
Network	100%	21.226	12.324	8.902	-	8.902	(16.579)	-	(16.579)
Total		10.031.850	7.564.038	2.467.812	(250.377)	2.217.435	343.922	(80.586)	263.336

Movimento	Saldo em 01/01/2022	Aquisição minoritários	Aumento de capital	ORA	Distribuição de dividendos	Amortização PPA	Equivalência	Incorporação	Mudança de controle Fisica	Saldo em 31/12/2022
SBF Comércio	900.154	-	-	18.549	-	(117)	(55.623)	-	1.342.709	2.205.672
VBLOG	6.812	-	-	-	-	-	21.310	-	-	28.122
Store	(282.606)	-	-	-	-	-	(12.734)	295.340	-	-
Pine	(72.539)	-	-	-	-	-	33.537	39.002	-	-
Fisia	1.854.009	-	-	(48.172)	(442.207)	(3.212)	278.636	(295.340)	(1.343.714)	-
Premier	-	-	-	-	-	-	14.789	(39.002)	-	(24.213)
Network	65.723	5.993	10.000	-	-	(687)	(16.579)	-	-	64.450
Total	2.471.553	5.993	10.000	(29.623)	(442.207)	(4.016)	263.336	-	(1.005)	2.274.031

16. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

16.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas do Grupo são as seguintes para o exercício:

Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Durante o exercício de 2023, a vida útil estimada de certos itens do ativo imobilizado do Grupo, foi reavaliada, tomando como base laudo de reavaliação de vida útil, contratado com empresa independente e especializada. O efeito líquido da mudança de estimativa contábil com impacto no exercício corrente é de uma diminuição na despesa de depreciação de R\$ 14.999. Assumindo que tais ativos serão mantidos até o final de suas vidas úteis estimadas, a despesa de depreciação dos anos seguintes em relação a esses ativos será diminuída (acrescida) pelos seguintes montantes:

	Consolidado
2024	(14.966)
2025	(12.923)
2026	(9.847)
2027	(7.098)
2028	1.654
2029	10.222
2030	15.930
2031	13.252
2032	8.874

Impairment

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC – Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pelo Grupo como os pontos de venda (lojas físicas e plataforma digital).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam indicadores de perda na recuperação dos seus ativos.

16.2 Composição

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Computadores e periféricos	20	224.381	(159.675)	64.706	69.437
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	75.324	(47.204)	28.120	22.716
Móveis e utensílios	8	312.589	(145.662)	166.927	142.182
Veículos	20	2.727	(2.727)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	935.178	(584.674)	350.504	319.274
Imobilizado em andamento	(a)	172	-	172	18.342
Total		1.550.371	(939.942)	610.429	571.951

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Computadores e periféricos	208.628	3.154	(792)	13.391	224.381
Máquinas, equipamentos e ferramentas	68.839	491	(2.586)	8.580	75.324
Móveis e utensílios	272.661	982	(4.108)	43.054	312.589
Veículos	2.727	-	-	-	2.727
Benfeitorias em imóveis de terceiros	878.704	2.662	(17.698)	71.510	935.178
Imobilizado em andamento (a)	18.342	118.365	-	(136.535)	172
Custo do imobilizado	1.449.901	125.654	(25.184)	-	1.550.371
Computadores e periféricos	(139.191)	(21.252)	768	-	(159.675)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(46.123)	(3.597)	2.516	-	(47.204)
Móveis e utensílios	(130.479)	(18.648)	3.465	-	(145.662)
Veículos	(2.727)	-	-	-	(2.727)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(559.430)	(42.523)	17.279	-	(584.674)
Depreciação	(877.950)	(86.020)	24.028	-	(939.942)
Total do imobilizado líquido	571.951	39.634	(1.156)	-	610.429

(a) O saldo de imobilizado em andamento refere-se aos projetos de novas lojas, lojas que estão sendo reformadas e abertura do novo centro de distribuição Fisia. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis à medida que as obras se encerram e as lojas/CD são inaugurados.

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição Fitdance	Saldo em 31/12/2022
Computadores e periféricos	171.522	17.526	(468)	19.998	50	208.628
Máquinas, equipamentos e ferramentas	66.164	9.472	(376)	(6.486)	65	68.839
Móveis e utensílios	230.765	16.294	(3.426)	29.025	3	272.661
Veículos	2.727	-	-	-	-	2.727
Benfeitorias em imóveis de terceiros	747.591	48.343	(8.344)	91.114	-	878.704
Imobilizado em andamento (a)	13.362	138.631	-	(133.651)	-	18.342
Custo do imobilizado	1.232.131	230.266	(12.614)	-	118	1.449.901
Computadores e periféricos	(117.121)	(22.359)	289	-	-	(139.191)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(48.568)	(3.439)	5.884	-	-	(46.123)
Móveis e utensílios	(115.962)	(17.385)	2.868	-	-	(130.479)
Veículos	(2.704)	(23)	-	-	-	(2.727)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(517.664)	(47.620)	5.854	-	-	(559.430)
Depreciação	(802.019)	(90.826)	14.895	-	-	(877.950)
Total do imobilizado líquido	430.112	139.440	2.281	-	118	571.951

17. INTANGÍVEL – CONSOLIDADO

17.1 Política contábil

Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio é testado para impairment anualmente em 30 de setembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável.

O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável.

As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Fundo de comércio

Os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação.

Contrato de distribuição

O contrato de distribuição refere-se à alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca “Nike, mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Física. Com esta aquisição, o Grupo celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. (“Nike”) e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva.

Tecnologia (*Know-how*)

Juntamente com a aquisição do grupo Network (“NWB”), o Grupo SBF adquiriu um contrato de criação de conteúdo digital direcionado ao público do esporte. Para que a maior parte da receita da NWB aconteça, faz-se necessário um conjunto de conhecimentos, capacidades e habilidades que somadas (*know-how*) são capazes de produzir conteúdos em formato audio visual atrativos para o público alvo de cada canal próprio da NWB. Esse contrato foi mensurado na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios e sua vida útil definida foi de 10 anos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Conforme contrato
Fundo de comércio	
Softwares	5 anos
Marcas e patentes	10 - 20 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clientes	10 anos
Tecnologia	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

17.2 Composição

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.254	(12.666)	5.588	7.301
Software	20	635.451	(303.092)	332.359	274.526
Marcas direito e patente	10	7.425	(339)	7.086	7.382
Software em andamento	-	82	-	82	472
Contrato de distribuição	10	164.821	(50.820)	114.001	130.483
Carteira de clientes	10	4.024	(1.416)	2.608	3.262
Tecnologia	10	11.618	(3.292)	8.326	9.488
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		53.541	-	53.541	54.539
Total		895.216	(371.625)	523.591	487.453

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Fundo de comércio	18.502	-	(248)	-	18.254
Software	504.701	6.343	(2.802)	127.209	635.451
Marcas direito e patente	7.425	-	-	-	7.425
Software em andamento	472	126.819	-	(127.209)	82
Contrato de distribuição	164.821	-	-	-	164.821
Carteira de clientes	4.024	-	-	-	4.024
Tecnologia	11.618	-	-	-	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	54.539	-	(998)	-	53.541
Custo do intangível	766.102	133.162	(4.048)	-	895.216
Fundo de comércio	(11.201)	(1.713)	248	-	(12.666)
Software	(230.175)	(75.718)	2.801	-	(303.092)
Marcas direito e patente	(43)	(296)	-	-	(339)
Contrato de distribuição	(34.338)	(16.482)	-	-	(50.820)
Carteira de clientes	(762)	(654)	-	-	(1.416)
Tecnologia	(2.130)	(1.162)	-	-	(3.292)
Amortização	(278.649)	(96.025)	3.049	-	(371.625)
Total do intangível líquido	487.453	37.137	(999)	-	523.591

Composição do ágio

O ágio identificado nas aquisições, é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs); Segue um resumo da alocação do ágio por nível de UGC:

	31/12/2023
NWB	46.850
Fitdance	6.691
Total	53.541

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, o valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados indícios de Impairment no ágio.

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferência s entre rubricas	Aquisição Fidtdance	Saldo em 31/12/2022
Fundo de comércio	16.058	3.249	(2.005)	1.200	-	18.502
Software	365.098	134.184	(2)	4.268	1.153	504.701
Marcas direito e patente	5.930	-	(501)	-	1.996	7.425
Software em andamento	2.377	3.563	-	(5.468)	-	472
Contrato de distribuição	164.821	-	-	-	-	164.821
Carteira de clientes	2.008	-	-	-	2.016	4.024
Tecnologia	11.618	-	-	-	-	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	40.115	7.732	-	-	6.692	54.539
Custo do intangível	608.025	148.728	(2.508)	-	11.857	766.102
Fundo de comércio	(11.984)	(1.223)	2.006	-	-	(11.201)
Software	(171.983)	(58.196)	4	-	-	(230.175)
Marcas direito e patente	(187)	-	144	-	-	(43)
Contrato de distribuição	(17.856)	(16.482)	-	-	-	(34.338)
Carteira de clientes	(33)	(729)	-	-	-	(762)
Tecnologia	(2.152)	22	-	-	-	(2.130)
Amortização	(204.195)	(76.608)	2.154	-	-	(278.649)
						-
Total do intangível líquido	403.830	72.120	(354)	-	11.857	487.453

A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam indicadores de perda na recuperação dos seus ativos.

18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

18.1 Política contábil

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita

no arrendamento. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

Pagamentos de arrendamentos variáveis

Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

18.2 Composição

O Grupo possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 20 anos e podem ter opção de renovação.

Quantidade contratos

Centros de distribuição	9
Edifícios administrativos	4
Veículos	55
Lojas	248
Total	316

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a. Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.403.060	25.112	1.428.172
(+) Novos contratos e remensuração	208.086	889	208.975
(-) Amortização	(228.965)	(4.272)	(233.237)
(-) Baixas de contratos	(59.251)	-	(59.251)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.322.930	21.729	1.344.659

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - direito de uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro 2022	1.298.644	29.198	1.327.842
(+) Novos contratos e remensuração	287.456	-	287.456
(-) Amortização	(183.040)	(3.306)	(186.346)
(-) Baixas de contratos	-	(780)	(780)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.403.060	25.112	1.428.172

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.609.490	26.752	1.636.242
(+) Novos contratos e remensuração	208.086	889	208.975
(+) Apropriação juros incorridos	133.827	572	134.399
(-) Pagamentos passivo de arrendamento	(311.482)	(5.304)	(316.786)
(-) Descontos obtidos	(2.259)	-	(2.259)
(-) Baixas de contratos	(66.689)	-	(66.689)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.570.973	22.909	1.593.882
Circulante	174.847	8.071	182.918
Não circulante	1.396.126	14.838	1.410.964

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.460.220	30.441	1.490.661
(+) Novos contratos e remensuração	287.456	-	287.456
(+) Apropriação juros incorridos	129.618	1.811	131.429
(-) Pagamentos passivo de arrendamento	(257.696)	(4.690)	(262.386)
(-) Descontos obtidos	(10.108)	-	(10.108)
(-) Baixas de contratos	-	(810)	(810)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.609.490	26.752	1.636.242
Circulante	273.477	4.595	278.072
Não circulante	1.336.013	22.157	1.358.170

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	174.847	8.071	182.918
Entre 1 e 5 anos	777.529	14.838	792.367
Mais de 5 anos	618.597	-	618.597
Total	1.570.973	22.909	1.593.882

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	273.477	4.595	278.072
Entre 1 e 5 anos	863.721	22.157	885.878
Mais de 5 anos	472.292	-	472.292
Total	1.609.490	26.752	1.636.242

Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo reconheceu o montante de R\$ 126.430 (R\$ 80.764 em 31 de dezembro de 2022) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme despesas de ocupação e desconto sobre arrendamento (Nota 32).

c. Outras considerações

Em atendimento ao ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Arrendamentos a pagar					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (r2)	182.918	200.174	197.327	202.247	811.216
Fluxo com projeção de inflação	191.094	207.980	204.233	209.326	839.610
Variação	4,47%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%
Direito de uso					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (r2)	1.344.659	1.089.011	884.553	698.800	612.530
Fluxo com projeção de inflação	1.405.074	1.131.822	915.851	723.596	633.969
Variação	4,47%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (r2)	134.399	122.026	104.643	87.604	112.847
Fluxo com projeção de inflação	140.407	126.785	108.306	90.670	116.797
Variação	4,47%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (r2)	233.237	217.796	200.624	183.810	508.838
Fluxo com projeção de inflação	243.661	226.290	207.646	190.244	526.647
Variação	4,47%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%

19. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO - CONSOLIDADO

19.1 Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

O Grupo oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas do Grupo. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre a instituição financeira e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), o Grupo paga à instituição financeira na data de vencimento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera significativamente os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta o Grupo com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pelo Grupo.

Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo Grupo, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos

de caixa. Dessa forma, o Grupo continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

19.2 Composição

Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de mercadorias para revenda	957.338	1.186.330
Fornecedores de materiais de consumo	134.343	237.046
Subtotal	1.091.681	1.423.376
Operações de "risco sacado"	62.596	138.171
Total	1.154.277	1.561.547

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

20.1 Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

20.2 Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Capital de giro	24.404	77.232
Financiamento de bens	4.306	8.850
Empréstimos e financiamentos	28.710	86.082
Debêntures	595.294	191.836
Total passivo circulante	624.004	277.918
Passivo não circulante		
Capital de giro	172.048	77.809
Financiamento de bens	396	4.188
Empréstimos e financiamentos	172.444	81.997
Debêntures	801.052	773.647
Total passivo não circulante	973.496	855.644
Total empréstimos e financiamentos	201.154	168.079
Total debêntures	1.396.346	965.483
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	1.597.500	1.133.562

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2023	Adições	Pagamento principal	Pagamento juros	Provisão juros	Amortização custo captação	31/12/2023
Capital de giro	155.041	194.248	(154.784)	(31.542)	31.650	1.839	196.452
Financiamento de bens	13.038	-	(8.303)	(2.509)	2.429	47	4.702
Empréstimos e financiamentos	168.079	194.248	(163.087)	(34.051)	34.079	1.886	201.154
Debêntures	965.483	586.848	(176.666)	(170.014)	184.664	6.031	1.396.346
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	1.133.562	781.096	(339.753)	(204.065)	218.743	7.917	1.597.500

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de de 2022 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2022	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	Aquisição FitDance	31/12/2022
Capital de giro	276.185	-	(122.296)	(33.679)	32.800	1.631	400	155.041
Financiamento de bens	18.808	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	-	-	13.038
Empréstimos e financiamentos	294.993	2.536	(130.601)	(36.228)	35.348	1.631	400	168.079
Debêntures	528.785	496.098	(76.667)	(109.648)	124.087	2.828	-	965.483
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	823.778	498.634	(207.268)	(145.876)	159.435	4.459	400	1.133.562

Termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

	Moeda	%(média ponderada)	2023			2022		
			Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro	R\$	105% CDI a.a - 100% CDI + 4,29%a.a	205.119	24.404	172.048	236.619	77.232	77.809
Financiamento de bens	R\$	100% CDI + 5,79%a.a a 100% CDI +7,31%a.a	20.161	4.306	396	28.043	8.850	4.188
Empréstimos e financiamentos			225.280	28.710	172.444	264.662	86.082	81.997
Debêntures	R\$	100% CDI + 2,25 %a.a	1.624.000	595.294	801.052	1.030.000	191.836	773.647
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures			1.849.280	624.004	973.496	1.294.662	277.918	855.644

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía 60,94% (75,48% em 31 de dezembro de 2022) de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em 14,04% em 31 de dezembro de 2023 (14,87% em 31 de dezembro de 2022).

Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais o Grupo vem cumprindo regularmente, inclusive na data-base destas demonstrações financeiras.

Sob os termos das principais linhas de crédito, o Grupo é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:

- i) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA).

O Grupo cumpriu com esse covenant durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2023, a proporção da dívida líquida em relação EBITDA foi de 0,77x (em 31 de dezembro de 2022 - 0,4x).

Resumo dos empréstimos e financiamentos conforme vencimento

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	24.404	48.662	48.979	74.407	196.452
Financiamento de bens	4.306	396	-	-	4.702
Debêntures (a)	595.294	389.894	244.596	166.562	1.396.346
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	624.004	438.952	293.575	240.969	1.597.500

(a) Captações ocorridas durante o ano

Em 15 de março 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 1º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 320.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 1,60% ao ano e pagamento do principal em uma única parcela, em 27 de março de 2024, e o pagamento dos juros no período de 6 em 6 meses, iniciado em setembro de 2023 e março de 2024.

Em 05 de maio 2023, com o mesmo propósito, o Grupo contratou com instituição financeira a 1º emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia fidejussória, para colocação privada no valor total de R\$ 100.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondente a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 2,45% ao ano, tendo a amortização do seu principal em parcelas mensais iniciadas em maio de 2024, e o pagamento mensal dos juros no período de junho de 2023 até maio de 2026.

Em 25 de maio 2023, com o mesmo propósito e característica, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 2º emissão de debêntures simples, no valor total de R\$ 74.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 2,45% ao ano, tendo a amortização mensal do seu

principal em parcelas mensais de iniciadas em julho de 2024, tendo seu vencimento final em junho de 2026, e o pagamento mensal dos juros no período de julho de 2023 até junho de 2026.

Em 14 de julho de 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia por meio da sua controlada Fisia contratou com o Banco do Brasil S.A. a distribuição da 1ª emissão de cédula de crédito bancário, no valor total de R\$ 200.000 com prazo de vencimento de 24 de julho de 2026.

Em 24 de julho de 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia por meio de sua controlada Fisia, contratou com o banco Votorantim S.A. a distribuição da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 100.000 com prazo de vencimento de 24 de julho de 2026.

O custo de captação dos contratos mencionados acima é de R\$ 12.905.

Contrato de prestação de garantia

Em 10 de maio de 2023, a controlada indireta Fisia celebrou com o Banco Santander (Brasil) S.A. contrato de prestação de garantia no montante de USD 28.500 que conta com a Grupo SBF S.A., controladora indireta da Companhia, como devedora solidária ("Contrato de Garantia"). No âmbito do Contrato de Garantia incide comissão de 0,9% ao ano. O Contrato de Garantia deverá ser pago em uma parcela única com vencimento em 7 de maio de 2024.

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – CONSOLIDADO

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	5.176	45
COFINS	23.872	247
ICMS	308.652	175.842
ISS	4.107	2.809
IRRF	13.406	11.485
Outros	3.750	2.256
Total	358.963	192.684

22. IMPOSTOS PARCELADOS – CONSOLIDADO

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamentos de tributos Estaduais	12.836	16.855
Parcelamentos de tributos Federais	83.237	95.534
Total impostos parcelados	96.073	112.389
Passivo circulante	31.677	47.030
Passivo não circulante	64.396	65.359

As movimentações dos impostos parcelados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas no quadro a seguir:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	112.389	151.746
Adesão a parcelamento dos impostos	6.259	1.128
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	8.105	5.133
Parcelas pagas	(30.680)	(45.618)
Saldo em 31 de dezembro	96.073	112.389

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não circulante	Total geral	2024	2025	2026	2027 em diante
RJ	2.000	2.597	4.597	2.000	1.955	642	-
MG / SP / Outros	2.756	5.483	8.239	2.756	1.788	1.540	2.155
Total Estaduais	4.756	8.080	12.836	4.756	3.743	2.182	2.155
Parcelamentos ordinários	22	99	121	22	22	22	55
Refis lei 11.941	21.856	56.113	77.969	21.856	21.856	21.856	12.401
Outros	5.043	104	5.147	5.044	20	20	63
Total Federais	26.921	56.316	83.237	26.922	21.898	21.898	12.519
Total Parcelamentos	31.677	64.396	96.073	31.678	25.641	24.080	14.674

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS – CONSOLIDADO

23.1 Política contábil

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O Grupo não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

23.2 Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de férias	69.337	66.405
Provisões para participação nos lucros	52.412	71.563
Salários a pagar	24.827	25.259
Obrigações com pessoal a pagar	1.734	1.615
Contribuições a recolher	172	348
Obrigações trabalhistas	148.482	165.190
INSS a recolher	18.251	18.848
FGTS a recolher	4.885	5.745
INSS retido a recolher	2.672	2.068
Obrigações previdenciárias	25.808	26.661
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	174.290	191.851

24. DIVIDENDOS

24.1 Política contábil

Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

24.2 Composição

Em 31 de dezembro de 2023, foram apurados R\$ 35.081 de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	169.145	205.017
(-) Reserva legal - 5%	(8.457)	(10.251)
(-) Reserva incentivos fiscais	(20.363)	(62.426)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	140.325	132.340
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	35.081	33.085
Dividendos adicionais propostos	7.205	-

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1 Política contábil

As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais o Grupo mantém contratos na forma da legislação vigente.

Operações de compra e venda de mercadorias e fretes - As controladas SBF Comércio, Premier e Fisia efetuam operações de compra e venda com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A controlada VBLOG é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo. Essa operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF e a VBLOG e a Fisia e a VBLOG, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Além da operação de frete, há a operação de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral de SBF Comércio em que, no intuito de gerar sinergia, está assinado entre SBF e Fisia para a prestação de tais serviços também por prazo indeterminado.

Aluguéis - A controlada SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para a controlada VBLOG do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados.

A controlada VBLOG, que atua como operadora logística, efetua uma operação de sublocação para as empresas Fisia e SBF Comércio do armazém localizado em Extrema - MG, local que

realiza parte das operações em Minas Gerais, como suas importações, triagem de mercadorias, dentre outras.

Rateio administrativo - As controladas diretas e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLOG, Lione, Fisia e Grupo SBF. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas.

Serviços audiovisuais - As controladas Network, NeoTV e FitDance possuem contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança.

Marketplace - A controladora SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas de produtos Fisia (Nike). As vendas incidem uma taxa de take rate, porcentagem cobrada sobre cada transação de produto vendido.

Mútuos - Os mútuos referem-se às transações de empréstimos com empresa relacionada Fisia, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.

25.2 Composição

Controladora

Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente com empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue:

Os valores da controladora estão sendo apresentados na Nota 7, contas a receber.

Ativo circulante - Contas a receber	01/01/2023	Pagamentos	31/12/2023
Fisia	30.485	(13.487)	16.998
Total	30.485	(13.487)	16.998

Os valores referente às transações descritas acima são demonstrados no quadro a seguir:

Transações realizadas entre partes relacionadas

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Grupo SBF	16.998	30.485	(28)	(1.351)
SBF Comércio	334.111	1.721.460	(397.483)	(1.799.607)
Premier	181.791	1.548.635	(289.068)	(1.663.394)
Fisia	185.614	219.352	(50.960)	(68.945)
VBLOG	27.581	38.565	(9.674)	(26.065)
Lione	183	-	-	-
Network	491	294	-	-
Neotv	203	303	-	-
FitDance	241	268	-	-
Total	747.213	3.559.362	(747.213)	(3.559.362)

- (a) As principais transações eliminadas na consolidação referem-se a operações de compra e venda entre as controladas SBF, Premier e Fisia, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil.

	Compras		Vendas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	(2.937.313)	(2.985.059)	2.457.546	2.515.699
Premier	(2.457.546)	(2.515.699)	2.486.780	2.558.730
Fisia	-	(720)	450.533	427.049
Total	(5.394.859)	(5.501.478)	5.394.859	5.501.478

	Fretes e Carretos		Aluguéis	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	(29.482)	(58.689)	39	69
VBLOG	67.163	71.627	2.815	(723)
Store	-	-	-	(14)
Fisia	(37.681)	(12.938)	(2.854)	668
Total	-	-	-	-

	Serviços audiovisual		Rateio administrativo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Grupo SBF	-	-	6.229	-
SBF Comércio	-	(2.274)	170.434	113.117
Premier	(6.445)	-	(16.120)	(565)
VBLOG	-	-	(33.071)	(37.050)
Lione	-	-	-	(1)
Pine	-	-	-	(1)
Fisia	(3.075)	(3.049)	(127.473)	(75.500)
Network	4.395	2.274	-	-
Neotv	3.075	2.290	-	-
Acelerados	(10)	-	-	-
FitDance	2.060	759	-	-
Total	-	-	-	-

	Adiantamento a fornecedores		Adiantamento de clientes	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	20.558	6.610	-	-
Premier	-	-	(4.200)	(6.610)
VBLOG	-	-	(16.358)	-
Network	-	-	(75)	-
Total	20.558	6.610	(20.633)	(6.610)

	Comissão marketplace	
	31/12/2023	31/12/2022
Grupo SBF	29.927	20.967
Total	29.927	20.967

Mútuos

Os mútuos entre as controladas referem-se a transações de empréstimos, com os quais as Companhias mantêm contratos na forma da legislação vigente.

Saldo em 1º de janeiro de 2022	-
Captação de mútuos Fisia x SBF Comércio	275.800
Juros incorridos	6.103
Pagamentos principal e juros	(55.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	226.403
Captação de mútuos Fisia x SBF Comércio	28.000
Juros incorridos	6.399
Pagamento de principal	(249.933)
Pagamento de juros	(10.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

Juros sobre capital próprio

Em reunião do Conselho da Administração e assembléia geral extraordinária realizada nos dias 31 de março, 10 de agosto e 27 de dezembro de 2023, foi aprovada pela Administração do Grupo a distribuição de juros sobre capital próprio entre suas controladas Fisia e SBF Comércio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo, nos montantes de R\$ 17.093, R\$ 40.871 e R\$1.256. Os valores foram deliberados e existem R\$1.035 remanescentes para liquidação.

Juros sobre capital próprio aprovado em 28/12/2022 - Fisia	92.849
IRRF sobre JSCP	(13.927)
Pagamento de juros sobre capital próprio - Fisia	(3.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.922
Pagamento de juros sobre capital próprio - Fisia	(75.922)
Juros sobre capital próprio aprovado em 31/03/2023 - Fisia	17.093
IRRF sobre JSCP	(2.564)
Recebimento de juros sobre capital próprio	(14.529)
Juros sobre capital próprio aprovado em 10/08/2023 - Fisia	40.871
IRRF sobre JSCP	(6.131)
Pagamento de juros sobre capital próprio - Fisia	(34.740)
Juros sobre capital próprio aprovado em 27/12/2023 - VBLOG	1.256
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.256

Dividendos a receber

Saldo 1º janeiro de 2022	-
Dividendos aprovados sobre resultado Fisia 2021	202.924
Recebimento de dividendos Fisia	(202.924)
Dividendos intermediários Fisia - 2022	239.283
Recebimento de dividendos Fisia	(3.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	235.756
Recebimento de dividendos Fisia	(88.237)
Dividendos SBF Comércio	25.561
Saldo em 31 de dezembro de 2023	173.080

Locação - A empresa VBF Empreendimentos Ltda. pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 à 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o período.

Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

Pagamento de aluguéis durante o exercício	31/12/2023	31/12/2022
VBLOG	40	38
Premier	65	62
SBF Comércio	25.200	23.897
Total	25.305	23.997

Remuneração ao pessoal chave da administração

A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Conselho de administração	Administração executiva	Conselho de administração	Administração executiva
Salários e pró labore	10.083	8.046	9.285	8.922
Participação nos lucros e resultados	-	2.289	-	7.480
Pagamento baseado em ações	-	2.344	-	8.532
Total	10.083	12.679	9.285	24.934

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de marketing e comunicação	-	-	23.233	32.082
Provisões para serviços de terceiros	-	-	17.077	33.786
Provisões logísticas	-	-	43.392	17.706
Provisões benefícios a empregados	-	-	5.975	10.112
Provisões gerais	836	39	14.159	29.478
Utilidades e serviços	-	-	16.493	9.030
Obrigações com investimentos (a)	74.445	139.571	74.446	139.571
Outros	-	20.289	5.546	8.550
Total	75.281	159.899	200.321	280.315
Circulante	836	4.077	125.875	140.744
Não Circulante	74.445	155.822	74.446	139.571

- (a) As obrigações com aquisição de controlada referem-se a contas a pagar relativas à aquisição da controlada Fisia realizada em 2020, no montante de R\$ 58.011 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 123.443 em 31 de dezembro de 2022) e Grupo NWB no montante de R\$ 16.435 (R\$ 16.128 em 31 de dezembro de 2022), realizada em 2021, que serão liquidadas de acordo com o previsto nos contratos de compra firmados entre as partes:

Aquisição Fisia – Contraprestação contingente

O Grupo concordou em pagar à vendedora contraprestação contingente mediante utilização de tributos a compensar já registrados contabilmente pela adquirida antes da aquisição, durante o período de exploração do contrato de distribuição. A redução do saldo refere-se aos pagamentos efetuados à vendedora, mediante utilização de tributos a compensar.

Aquisição NWB

Contas a pagar relativo a dívida diferida com a NWB que poderá ser paga em dinheiro ou ações em 5 anos após a data da aquisição. Adicionalmente há um contas a pagar depositados em garantia, para assegurar possíveis obrigações indenizatórias dos vendedores.

27. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Royalties a amortizar - Aquisição Física	108.882	155.537
Adiantamento de clientes	22.874	89.745
Patrocínios e royalties	10.603	10.081
Cartão presente	10.860	20.457
Outros	4.717	905
	157.936	276.725
Circulante	66.276	152.851
Não circulante	91.660	123.874

28. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

28.1 Política contábil

O Grupo está autorizado a aumentar seu capital social até o limite de 300.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da o Grupo ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

28.2 Composição

a. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O capital social do Grupo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1.830.872 dividido em 243.688.980 ações ordinárias e sem valor nominal e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.830.524 dividido em 243.596.138 ações ordinárias e sem valor nominal.

O controle acionário do Grupo SBF S.A, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2023:

Acionista	31/12/2023	
	Quantidade	%
Pacipar Participações Ltda.	80.000.000	32,83%
Nefe Investments, LLC	48.456.001	19,88%
GPCP I - Fundo de inv. Part	1.185.014	0,49%
Outros	114.047.965	46,80%
Total	243.688.980	100,00%

b. Lucro por ação – consolidado

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pelo Grupo e mantidas como ações em tesouraria.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. O Grupo tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação do Grupo), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Quando o Grupo apresenta perda líquida atribuível aos proprietários do Grupo, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação.

Numerário básico/diluído - Controladora	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	169.145	205.017
Média ponderada de ações ordinárias	243.634	243.248
Resultado básico por ação - R\$	0,69	0,84
Lucro líquido do exercício	169.145	205.017
Média ponderada de ações ordinárias	243.634	243.248
Opções exercidas não integralizadas	93	976
Aumento das ações ordinárias como resultado do plano de opção de compra de ações	7.316	9.026
Resultado diluído por ação - R\$	0,67	0,82

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva incentivos fiscais

	31/12/2023	31/12/2022
Benefício fiscal – Crédito presumido de ICMS	126.865	126.865
Benefício fiscal – Redução de base de cálculo de ICMS exercício de 2023	20.363	-
Total de reserva de incentivos fiscais	147.228	126.865

As controladas do Grupo SBF se beneficiam de incentivos fiscais sobre impostos estaduais (ICMS) de crédito presumido, decorrentes dos centros de distribuição estabelecidos nos Estado de Minas Gerais e Paraíba, e de redução de base de cálculo, decorrentes das operações ocorridas com varejistas no Estado de São Paulo.

A Lei Complementar nº 160/2017 e a Lei nº 12.973/2014 permitem que as controladas do Grupo excluam da base do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, desde que constituída reserva de incentivos fiscais, o montante do lucro líquido tributável relacionado aos incentivos fiscais estaduais.

Até junho de 2023 antes do julgamento pelo STJ as controladas do Grupo SBF, somente excluam da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido os incentivos fiscais de crédito presumido. Até a data do julgamento o montante de reserva relacionado ao benefício de crédito presumido de ICMS totalizava R\$ 126.865.

Nos termos do julgamento proferido pelo STJ, as controladas do Grupo, passaram a excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente, uma vez que diante do fato novo ocorrido com a publicação do acórdão do STJ houve o reconhecimento da possibilidade de exclusão desse benefício. Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo reconheceu o montante de R\$ 20.363 referente ao benefício do ano de 2023, bem como montante retroativo aos últimos 5 anos no montante de R\$ 199.830.

e. Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro do Grupo e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 houve a constituição de R\$ 98.039, já em 31 de dezembro de 2022 houve a constituição de R\$ 99.255.

29. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES – CONSOLIDADO

29.1 Política contábil

O objetivo desses “Planos” é atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas, indicados pelo Conselho de Administração.

Como a Companhia tem as suas ações listadas e negociadas em bolsa de valores, o preço de exercício será equivalente à média ponderada, por volume negociado, dos 90 (noventa) pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração.

Em setembro de 2013, a Companhia instituiu o pagamento baseado em ações para os seus colaboradores, como contraprestação aos serviços prestados, remunerados por instrumentos de patrimônio líquido (opções de compra), regulados por contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações para cada beneficiário. Em 22 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2015 ("Programa 2015"). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2016 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programa 2016"). No dia 20 de setembro de 2019, foi aprovado o primeiro plano de compra de ações de 2019 e no dia 05 de novembro de 2019, o segundo plano de 2019 ("Programa 2019").

Em dezembro de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Opção de Compra de Ações, ou "Plano 2016". Para as outorgas feitas sob este Plano, foi definido que serão compostas por 5 lotes, cada um possuindo 20% do total de opções outorgadas ao participante. A cada ano, após a data de outorga, um dos lotes se tornará exercível, estando todas as opções outorgadas disponíveis para exercício após 5 (cinco) anos da data de outorga. Além disso, é obrigatória aos participantes a utilização de não menos do que 50% (cinquenta por cento) da gratificação anual a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes ("PLR") para exercer opções disponibilizadas sob as regras deste Plano a cada ano, sob pena de cancelamento de todas as opções vestidas até aquela data. Por fim, o prazo contratual para o exercício das opções de cada lote é de 8 anos a contar do fim do período de carência.

O Primeiro Programa do Plano de 2016 ("2016 - Primeiro Programa") foi outorgado em dezembro de 2016, quando a Companhia ainda não havia aberto seu capital na bolsa de valores. O preço de exercício definido foi de R\$ 4,00. O segundo programa ("2016 - Segundo Programa"), outorgado em outubro de 2019, teve seu preço de exercício definido para refletir o preço de IPO da Companhia.

Também em 2019, conforme comunicado através de fato relevante ao mercado, o Conselho aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, "Plano 2019" I e II. Para as outorgas deste plano, o preço de exercício é definido pela média dos 90 pregões anteriores à aprovação, com deságio de 10%. Estas outorgas, por sua vez, são divididas em 4 lotes, sendo os dois primeiros correspondentes a 30% do total outorgado cada, e os dois últimos a 20% do total outorgado cada. O primeiro lote torna-se exercível após 24 meses da outorga, e a partir daí, a cada 12 meses outro lote se torna exercível.

Desde a aprovação do Plano 2019, foram outorgados quatro programas: um em outubro de 2019 ("2019 - Primeiro Programa"), outro em 30 junho de 2020 ("2019 - Primeiro Programa Outorga março 2020"), o terceiro em abril de 2020 ("2019 - Segundo Programa"), a última outorga de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações 2020 ("Segundo Programa 2020"), também do Plano 2019, que foi outorgado em 26 de fevereiro de 2021. Nesta mesma data também foi aprovado o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2020, o qual foi devidamente alterado em 11 de maio de 2021 ("Primeiro Programa 2020").

Em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2022 ("Primeiro Programa 2022"). Esse programa pertence ao Plano 2019 do pagamento baseado em ações. Também em 23 de fevereiro de 2022,

o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opções de Compra de Ações do ano de 2022 ("Segundo Programa 2022"). No qual também pertence às regras do "Plano 2019". Ressaltando que o mesmo programa teve duas outorgas, uma em 3 de março de 2022 e outra em 16 de outubro de 2022 mantendo as regras.

Em 12 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2024, vinculado ao Plano 2016 ("Primeiro Programa 2024 - Plano 2016"), e o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2024, vinculado ao Plano 2019 ("Primeiro Programa 2024 - Plano 2019"). Nesta mesma data, ambos os programas foram outorgados.

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

29.2 Composição

Abaixo se encontram os demonstrativos das quantidades outorgadas nos Planos organizados por ano e atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como um detalhamento das premissas de cada outorga realizada nesses planos.

Programa	Saldo em 01/01/2023	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo em 31/12/2023
2016 - Primeiro programa	356.842	-	(92.842)	-	264.000
2016 - Segundo programa	1.542.684	-	-	(253.124)	1.289.560
2019 - Primeiro programa	3.655.519	-	-	(593.282)	3.062.237
2019 - Primeiro programa - Outorga março de 2020	42.700	-	-	(42.700)	-
2020 - Segundo programa	330.281	-	-	-	330.281
2020 - Primeiro programa	2.550.000	-	-	(680.000)	1.870.000
2022 - Primeiro programa	48.000	-	-	(48.000)	-
2022 - Segundo programa - outorga março 2022	300.000	-	-	-	300.000
2022 - Segundo programa - outorga agosto 2022	200.000	-	-	-	200.000
Total	9.026.026	-	(92.842)	(1.617.106)	7.316.078

Premissas básicas para o plano:	2016 1º Programa	2016 2º Programa	2019 1º Programa	2019 1º Programa março 2020	2019 2º Programa	2020 1º Programa	2020 2º Programa	2022 1º Programa	2022 2º Programa março 2022	2022 2º Programa agosto 2022
Modelo de precificação	Black & Scholes	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Dividend yield	5,00%	1,31%	1,31%	1,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Volatilidade média anual esperada	23,63	34,96	34,96%	67,92%	76,00%	61,72%	47,08%	50,20%	63,72%	60,56%
Taxa de juros livre de risco	11,37	5,96	5,96%	6,25%	6,00%	9,69%	6,00%	12,35%	11,45%	11,37
Preço de exercício	4,00	14,80 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M	15,44 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M	25,50 corrigido por IPCA	26,25	21,39 corrigido por IPCA	22,28	21,58
Preço da ação considerado	4,81	20,97	20,97	22,35	27,43	29,63	26,36	23,28	21,90	23,27
Prazo esperado do exercício IGP-M	5,42 anos	4,03 anos	4,03 anos	4,03 anos	N/A	6,25 anos	5 anos	2,41 anos	6,42 anos	6,42 anos
	NA	4	4	3,5	3,7	NA	NA	NA	NA	NA
Preço da opção na data da concessão por ação	2,05	11,33	10,55	14,49	14,18	11,61	11,61	29,20	21,90	21,39

30. RECEITAS LÍQUIDAS – CONSOLIDADO

30.1 Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

- **Venda de mercadorias no varejo:** O Grupo opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro.
- **Venda de mercadorias no atacado:** O Grupo opera como a distribuição dos produtos da marca “NIKE” em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle, a propriedade e respectivos benefícios de um produto para o cliente. Isso ocorre quando o cliente esteja de acordo com o contrato de venda e os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados pelo cliente no centro de distribuição.

Os produtos NIKE podem ser vendidos com desconto por volume. Nessas situações, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes.

- **Venda de mercadorias por meio da plataforma digital:** O Grupo opera com comércio eletrônico por meio dos sites centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador.
- **Prestação de serviços logísticos:** O Grupo reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes e fornecedores no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG Logística e Transporte Ltda. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e se conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
- **Prestação de serviços audiovisual:** As controladas do Grupo SBF possuem também como atividade o desenvolvimento de atividades na área de comunicação social, incluindo, mas não se limitando a filmagens em geral, elaboração e edição de vídeos, produção e distribuição audiovisual na internet e comercialização de espaços publicitários. O Grupo reconhece a receita ao longo do tempo, utilizando o método de insumo para mensurar o progresso que melhor reflita o seu desempenho, portanto, as receitas são reconhecidas com base nos esforços do Grupo para a satisfação da obrigação de performance.

- **Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade:** A FitDance reconhece receitas com cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo os pagamentos realizados por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato.
- **Subvenção governamental:** o Grupo realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico.

No 4º trimestre de 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permanece com a sistemática de crédito presumido de ICMS.

A partir de 1º de julho de 2021, a controlada indireta Fisia efetuou a migração das operações da plataforma digital (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pela plataforma digital são realizadas com crédito presumido de ICMS.

Ainda, nos termos do julgamento proferido pelo STJ em recurso repetitivo, Tema 1.182, o Grupo reconheceu o incentivo fiscal dessas operações por meio de sua controlada indireta Fisia. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de base para a incidência de ICMS nas vendas de mercadorias para varejistas, nos termos da legislação aplicável.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 somaram o montante de R\$ 301.561 dos quais R\$ 281.198 correspondem ao incentivo fiscal de crédito presumido e R\$ 20.363 incentivo fiscal de redução de base (R\$ 187.887 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 de crédito presumido).

Notas Explicativas

SBFG

B3 LISTED NM

GRUPO SBF

30.2 Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Venda de mercadorias	8.899.995	7.811.634
Prestação de serviços	141.323	142.970
Impostos incidentes		
Venda de mercadorias	(2.076.734)	(1.765.399)
ICMS - Incentivo fiscal	301.561	187.887
Prestação de serviços	(20.996)	(17.627)
Devoluções		
Venda de mercadorias	(256.478)	(98.758)
Receita líquida	6.988.671	6.260.707

Canais de Venda

A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas), atacado (distribuição produtos Nike) e plataforma digital está apresentada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Varejo (lojas físicas)	4.615.261	3.697.648
Atacado	1.324.606	1.444.709
E-Commerce	2.960.128	2.669.277
Receita bruta de vendas de mercadorias	8.899.995	7.811.634

Região Geográfica

Em termos de região geográfica, as vendas do Grupo estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	31/12/2023	31/12/2022
Sudeste	5.534.184	4.916.122
Nordeste	1.044.258	1.005.663
Sul	1.401.078	1.097.084
Centro - Oeste	631.438	544.514
Norte	289.037	248.251
Receita bruta de vendas de mercadorias	8.899.995	7.811.634

Sazonalidade trimestral da receita líquida

O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso do Grupo, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida nos exercícios encerrados em 31 de dezembro.

	31/12/2023	31/12/2022
1º trimestre	1.472.122	1.344.627
2º trimestre	1.593.145	1.463.007
3º trimestre	1.793.263	1.469.980
4º trimestre	2.130.141	1.983.093
Receita líquida	6.988.671	6.260.707

Notas Explicativas

SBFG

B3 LISTED NM

GRUPO SBF

31. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS – CONSOLIDADO

31.1 Política contábil

Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo das vendas e dos serviços prestados.

31.2 Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Custo da revenda de mercadorias	(3.617.938)	(3.239.209)
Custo de fretes e logística	(24.870)	(27.349)
Custo de serviço de produção audiovisual	(31.192)	(53.217)
Total	(3.674.000)	(3.319.775)

32. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com vendas		
Pessoal	(630.409)	(605.663)
Publicidade e propaganda	(502.105)	(447.158)
Serviços de terceiros	(356.631)	(285.337)
Utilidades e serviços	(227.351)	(192.582)
Depreciação de direito de uso	(183.723)	(162.256)
Ocupação	(122.039)	(87.345)
Comissão de cartão	(109.362)	(90.351)
Depreciação e amortização	(83.019)	(83.322)
Outras despesas	(69.012)	(118.775)
Contencioso	3.551	35.950
(-) Descontos sobre arrendamentos	2.259	8.451
Total	(2.277.841)	(2.028.388)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas administrativas		
Pessoal	(202.812)	(224.753)
Depreciação e amortização	(97.844)	(80.136)
Utilidades e serviços	(83.586)	(65.173)
Serviços de terceiros	(61.949)	(87.682)
Depreciação de direito de uso	(20.819)	(21.984)
Outras despesas	(17.195)	(21.697)
Contencioso	(14.957)	11.059
Publicidade e propaganda	(11.931)	(16.296)
Ocupação	(6.507)	(3.525)
(-) Descontos sobre arrendamentos	-	1.657
Total	(517.600)	(508.530)

33. RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

33.1 Políticas contábil

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos.

Notas Explicativas

SBFG

B3 LISTED NM

GRUPO SBF

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

33.2 Composição

Receitas financeiras	31/12/2023	31/12/2022
Variação cambial ativa	158.010	134.350
Atualização monetária de impostos	35.539	53.902
Atualização monetária de depósitos judiciais	32.096	15.453
Receitas de aplicações financeiras	19.597	49.136
Juros e multas recebidos	2.457	1.485
Outras receitas financeiras	979	-
Descontos obtidos	689	67
Juros sobre operações de mútuo	-	48
Total	249.367	254.441
Despesas financeiras	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre debêntures	(184.664)	(124.087)
Variação cambial passiva	(146.188)	(114.034)
Juros de arrendamento mercantil	(134.400)	(127.402)
Juros sobre contencioso	(36.190)	4.383
Juros sobre empréstimos, financiamentos	(34.003)	(35.348)
Juros sobre operações de venda de recebíveis	(16.669)	(466)
Tarifas e taxas bancárias	(10.176)	(7.422)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(8.105)	(5.133)
Juros sobre pagamentos em atrasos	(2.970)	(826)
Juros sobre atraso de impostos	(1.762)	(10.699)
Impostos sobre operações financeiras	(1.524)	(3.344)
Outras despesas financeiras	(13.714)	(13.686)
Total	(590.365)	(438.064)
Despesas financeiras líquidas	(340.998)	(183.623)

34. COMPROMISSOS

O Grupo SBF possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pelo Grupo como remuneração para serviços pós-combinação em conformidade com o CPC - 15 Combinação de negócios. Tal contraprestação é composta por parcelas de *Earn-Out* e parcela de *Outperform*, desde que, sejam atingidas certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidas entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da FitDance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato.

35. COBERTURA DE SEGUROS – NÃO AUDITADO

O Grupo SBF e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo SBF e suas controladas tinham cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco		Objeto	Montante de cobertura
Veículos	Frota de veículos		R\$ 500
Transportes	Transportes nacionais		R\$ 17.549.157
Transportes	Transportes internacionais		US\$ 301.000
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador		R\$ 50.000
Responsabilidade civil	Directors & Officers		R\$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes		R\$ 1.020.084

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº14.789/2023 com vigência a partir de 2024, que alterou o tratamento tributário dos benefícios fiscais de ICMS para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, trazendo um novo mecanismo para aproveitamento de créditos. O Grupo está avaliando os procedimentos e impactos para o próximo ano.

* * *

Pedro Zemel
CEO

José Luís Salazar
CFO

Patrícia Vieira
CRC 1SP232718/O

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Grupo SBF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Grupo SBF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Grupo SBF S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 4(c) e 13.2)

As controladas da Companhia possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos, de R\$ 744.512 mil.

As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme divulgado na Nota 13. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros.

Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos.

Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos.

Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade

das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Provisões para riscos administrativos e judiciais na área tributária (Nota 14.2(c))

As controladas da Companhia são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no valor total de R\$ 574.012 mil, em 31 de dezembro de 2023.

A determinação do valor da provisão, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados na Nota 14.2 (c), depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação.

Além disso, considerando a complexidade do ambiente tributário e a relevância dos valores em discussão, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências.

Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores em discussão e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento.

Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RELATÓRIO RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria da Grupo SBF S.A. ("Companhia") foi criado e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 ("Comitê").

O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 e alterado em 03 de março de 2021, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e na legislação em vigor ("Regimento Interno").

O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiros.

O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) ao menos 1 (um) conselheiro independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação em vigor.

2. ATIVIDADES DO COMITÊ NO EXERCÍCIO

Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Comitê de Auditoria realizou reuniões para aprovação dos resultados trimestral, que contaram com a presença de seus membros, com o objetivo de acompanhar a evolução do negócio durante o exercício social.

3. PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 14 de março de 2024

Membros

Luiz Alberto Quinta

Luiz Carlos Nannini

Pedro Wagner Pereira Coelho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, emitido nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Diretor Presidente, Financeiro e de RI

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas do Grupo.

São Paulo, 15 de março de 2024

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente

José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores